



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 302 - DE 27 DE JUNHO A 10 DE JULHO DE 2005 - R\$ 1,50

A ofensiva da direita burguesa contra o PT/Lula expõe a corrupção e fisiologismo assimilados pelo reformismo petista. A CPI não julgará nem punirá ninguém, é só um teatro para a disputa interburguesa ao redor das eleições. Somente as massas mobilizadas, em seus Tribunais Populares, podem julgar e punir a burguesia corrupta e seus lacaios.

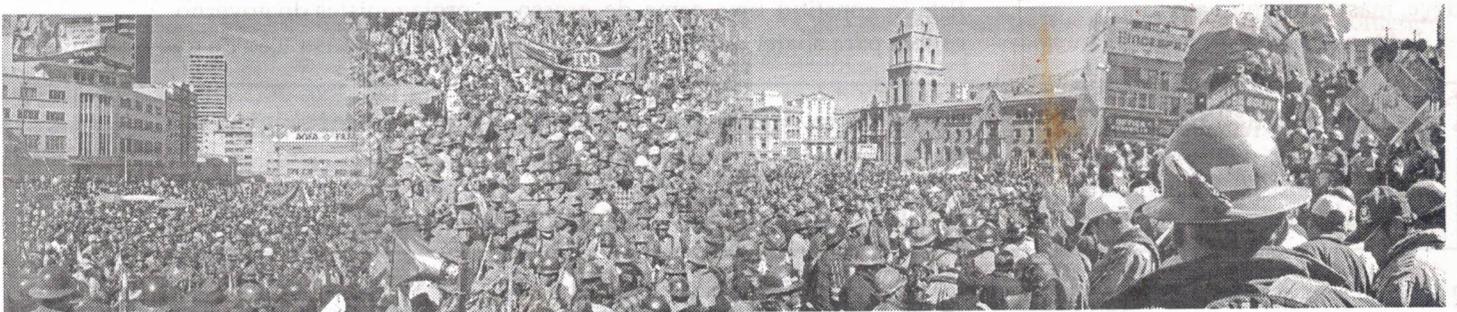
Balanço Político das eleições para a direção da Apeoesp

Lutar no interior da UNE por:

- **real independência em relação ao governo**
- **Democracia estudantil**

Para isso: Combater o governo e suas reformas e varrer com a burocracia estalinista

Bolívia: a revolução proletária em marcha é brecada momentaneamente pelas direções.



A crise do PT/Lula

A crise do governo PT\Lula cresce a cada nova denúncia de Roberto Jefferson (PTB) contra ministros e dirigentes do PT. De denunciado como chefe de uma quadrilha que roubava nos Correios e no IRB, o presidente do PTB, aliado do governo Lula, passou a se defender como denunciador da compra de deputados pelo PT (mensalão), instrumento para obtenção de apoio ao governo nas votações do Congresso.

Caiu o ministro da Casa Civil logo após a denúncia do petebista de que o homem forte do governo, José Dirceu, comandava as operações do mensalão. Em seguida, o diretório nacional do PT discutiu o afastamento do tesoureiro Delúbio Soares e do secretário-geral Sílvio Pereira. Decidiu-se não votar a moção e ambos ficaram isentos das denúncias.

As acusações contra esses dirigentes atingem também o presidente do PT, José Genoíno. Se o mensalão se confirmar – Jefferson não apresentou provas juridicamente visíveis – o comprometimento de Lula, Dirceu, Genoíno será evidenciado e abarcará toda cúpula que comanda a política do PT.

Ofensiva contra o governo do PT\Lula

O PSDB e PFL aproveitaram o escândalo. Acusam o governo Lula de abrigar corruptos e agir politicamente como tal. A máquina do jornalismo foi colocada inteiramente a serviço da oposição oficial. A linha do jornal *O Estado de São Paulo* e revista *Veja* é de inviabilizar Lula, que deve ser removido antes das eleições, se as condições criadas evoluírem.

O governo Lula e o PT estão acuada. A queda de Dirceu foi um golpe na administração petista. O argumento de que não há provas de nada serviu. O presidente diz que o ministro nada deve, mas o colocou para fora.

Fato esse que demonstrou a incapacidade do PT\Lula enfrentar o complô do PSDB/PFL. E evidenciou para a população que “onde há fumaça há fogo”.

A corrupção e bandalheira no governo FHC e particularmente do PFL/PSDB foram abafadas e o governo Lula ajudou nessa tarefa. Assim, os ladrões do passado procuram tirar proveito dos ladrões do presente. Trata-se de uma luta interna ao Estado e típica da política burguesa.

A CPI dos correios e do mensalão

A CPI promovida pelo PSDB/PFL acabou se impondo. Os esforços do governo de evitá-la foram sendo minados a cada nova revelação. A denúncia do mensalão derrotou de vez o intento do Planalto de abortá-la. A divisão entre os parlamentares do PT aumentou.

As pressões burocrático-punitivas contra os “éticos” do partido não puderam evitar a confluência destes com o PFL/PSDB. O argumento foi o mesmo: é preciso apurar. Trabalharam também pela CPI os expulsos do PT, que formaram o P-SOL.

Ao governo, restava impedir que o PSDB/PFL a controlassem. Conseguiu a presidência, mas a relatoria, que é quem praticamente conduz o jogo, foi para Osmar Serraglio, do PMDB. O governo do PT/Lula está agora nas mãos dos peemedebistas. Ficou mais preso ainda à aliança com esse partido, cuja ficha de corrupção é imensa.

Estando agora na trincheira do acusador, a oposição oficial quer que a CPI atire por todos os lados contra o governo. É a chance de acabar de vez com a fama do PT de imaculado. E confirmar a tese de que o PT é incompetente para governar. Como o PT é eleitoreiro e Lula atrai com seu caudilhismo demagógico as massas oprimidas, a demonstração de suas falcatruas e jogatinas no Estado constitui uma arma de grosso calibre para abater o lulismo.

A CPI também serve ao PSDB e PFL para limpem seu histórico de rouba-lheira. O senador Antônio Carlos Magalhães ocupa lugar de investigador e juiz das acusações contra o PT. O maior ladrão foi protegido pelo próprio PT nas últimas falcatruas, e este chegou a ser apoiado pelo “malvadeza” em troca de proteção.

Sobre a questão das provas

O estopim foi o flagrante dos Correios. Os laráprios eram do PTB, comandados pelo quadrilheiro Jefferson.

Como envolveu o PT? Primeiro, porque os ladrões são parte do governo Lula. Segundo, porque Jefferson denunciou o PT como agente de um esquema de compra de deputados.

Inicialmente, Lula defendeu Jefferson num claro gesto de proteção. O vai e vem em torno da CPI expôs o jogo do Planalto para evitar que o escândalo dos Correios tomasse a proporção a que chegou. Uma vez que a ofensiva do PSDB/PFL, apoiado por uma poderosa campanha publicitária, ganhou terreno pela CPI e parte dos parlamentares petistas se colocou pela investigação do parlamento, Jefferson viu que seu barco afundaria. O governo não seria capaz de acobertar sua quadrilha. A melhor proteção de si e do seu PTB seria revelar o “mensalão”.

Jefferson tinha nas mãos um histórico. Havia denunciado o esquema ao ex-ministro Miro Teixeira, ao ministro da Casa Civil José Dirceu e ao presidente Lula. A suspeita chegou até a Comissão de Ética da Câmara, mas rapidamente se concluiu que não havia provas. Assim que a denúncia foi refeita em meio à corrupção nos Correios, o governador do PSDB de Goiás revelou ter reclamado a Lula sobre a investida do mensalão em sua ceara. Todas essas conversas foram confirmados pelos protagonistas do governo.

A demonstração de que o deputado

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

José Janene, do PP, e o deputado Pedro Henry, do PL, distribuíam o dinheiro deu mais verossimilhança às denúncias de Jefferson.

Diga-me com quem andas

A defesa jurídica do PT sobre não haver provas não tem a menor importância. Vale apenas para a luta interburguesa. O PT é parte do Estado e as forças burguesas que nele agem podem mentir ou aumentar as denúncias como bem quiserem, uma vez que tenham de seu lado a imprensa. A situação em que o acusado tem de mostrar provas de sua inocência e não o acusador é típica dos poderes da burguesia, depende unicamente da força política. Assim opera a democracia burguesa, que o PT prometeu aperfeiçoar.

O governo precisa desses argumentos para evitar o já defendido impedimento pela oposição (cassação do mandato de Lula). O relator da CPI, aliado de Lula, sem ter ainda começado a apurar as denúncias, disse tranquilamente que pode ocorrer o impedimento. É a forma do PMDB dizer ao Presidente e ao PT que estão em suas mãos.

Não é preciso provas de que o PT e seu governo passaram a fazer parte do jogo de quadrilhas alojadas nas vísceras do Estado e que têm poder de comando. Não foi o mensalão que apresentou essa situação dos petistas.

O governo começou mal com o caso Waldomiro Diniz, ligado à contravenção. O primeiro furúnculo foi abafado e José Dirceu foi poupado em sua responsabilidade pelo assessor. Depois foi a vez do presidente do Banco Central, acusado de sonegação. Logo em seguida, Lula trouxe para o Ministério da Previdência um reconhecido crápula, golpista e ladrão do dinheiro público, o deputado Romeu Jucá, do PMDB.

Lula e o PT não só acolheram os bandidos burgueses como os protegeram contra as denúncias e processos. Chegou ao ponto de decretar uma lei de fórum privilegiados ao presidente do Banco Central.

As alianças com malufistas e jeffersonianos são de inteira responsabilidade dos petistas. Os quadrilheiros se uniram a um governo sem possibilida-

de de governar, para usar a máquina do Estado.

O parasitismo de todos os partidos do dinheiro público e o tráfico com empresas são inerentes ao Estado capitalista e à política dos partidos burgueses. Não é nenhuma novidade o envolvimento de agentes da Abin, policiais e militares nos casos presentes. Todos estão grudados a essa instituição e sobrevivem sugando. Governar o Estado é penetrar nesse mundo e reproduzi-lo. Assim funciona normalmente o aparato estatal, cuja principal função é administrar os interesses dos capitalistas e exercer o poder contra as massas oprimidas (ditadura de classe da burguesia contra o proletariado e a maioria explorada).

As raízes da corrupção do governo Lula e do PT se encontram na sua política pró-capitalista e no fato de assumir a ditadura da burguesia contra as massas famintas.

A posição da esquerda petista

A reunião da direção nacional (DN), ocorrida no momento mais crucial de denúncia contra Delúbio e Silvinho, mostrou o quanto as esquerdas petistas estão agarradas ao aparato apodrecido do PT. Atuaram sob um ponto de acordo: defender o PT e o governo Lula contra as acusações e as investidas do PSDB/PFL.

Nem mesmo a proposta de afastar do cargo os denunciados, que não passaria de uma mera manobra diversionista, foi votada. E as esquerdas apenas acentuaram suas críticas ao fato do PT ter como aliados gentes como PL e PTB. O defunto cheira mal e os pretensos marxistas, trotskistas, rosaluxenburguistas etc acreditam que há uma alma a ser salva.

A corrente mais à esquerda interna ao PT é O Trabalho. Está ligada à auto-proclamada IV Internacional de Pierre Lambert. Sua palavra de ordem diante da derrocada do governo e do PT: "ainda é tempo de mudar".

Defendeu, na reunião do DN, de 21/5, que o PT não poderia se dividir entre contra e a favor da CPI. Aliou-se, portanto, à Articulação e ao governo contra o chamado bloco parlamentar de esquerda, cuja bandeira foi a de apurar.

Para os lambertistas, todo problema reside em bloquear o uso eleitoral da CPI pela oposição, romper as alianças e modificar a política econômica, colocando-a a serviço de reformas populares. Como se vê, a solução é possível porque o governo não está comprometido com a podridão do Estado, O PT não é um partido da ordem capitalista e a política econômica pró-imperialista de Lula pode ser convertida em reformista.

O Trabalho explica que os acontecimentos dos Correios vêm no sentido da privatização. É verdade. Grupos capitalistas usam tal circunstância para pleitear o fim do correio público. Mas o que O Trabalho obscurece é que o responsável é o governo Lula e o PT. A substituição do diretor corrupto do IRB deu seus primeiros sinais pró-desestatização. E quem é o responsável? O PT e seu governo.

Mais recentemente, frente ao agigantamento do escândalo do mensalão e às pressões para avançar as privatizações, O Trabalho procura radicalizar críticas à política de Lula-Palocci-Rosseto. Toda preocupação é que o PT está se desmoralizando frente aos "53 milhões que elegeram Lula em 2002". E diz que "a corrupção é filha da privatização, terceirizações, concessões privadas e PPPs". Denuncia que a direção do PT quer "salvar o patrimônio ético do PT", sem "rechaçar a política de Lula-Palocci-Rosseto".

Que patrimônio ético o PT tem a defender, se há muito faz parte da política capitalista? Todo esse palavreado serve ao objetivo de salvar o governo podre e proteger o PT aburguesado. Quem não sente o cheiro da latrina é porque se acostumou a ela.

A posição da Conlutas/PSTU

Coerente com a posição de defesa das CPIs quanto o PT estava na oposição, o PSTU defende a CPI convocada pelo PSDB/PFL. A Conlutas considera que a "corrupção tomou conta do governo". Correto. E conclui: "Apoiamos a CPI, mas ela não é suficiente". Justificativa: Afinal, não dá para acreditar que esse congresso liderado por Severino Cavalcante esteja disposto a apurar a corrupção. Também o PFL e PSDB são

grandes corruptos que nadaram no dinheiro da privatização”.

Quer dizer que se o presidente do Congresso fosse alguém de reputação (mera especulação), então o PSTU avaliaria a possibilidade de investigação séria pelo parlamento burguês? E se o PSDB/PFL não estivessem à frente do processo, haveria alguma possibilidade? Essa justificativa é totalmente falsa. Por que o PSTU defende a CPI, se o presidente da Câmara é o Severino e o PSDB/PFL estão à frente das denúncias? A restrição de que “ela é insuficiente” não tem o menor sentido.

A proposta do PSTU para superar a “insuficiência” é a de exigir que o governo corrupto exonere os ministros e funcionários envolvidos e que “haja uma investigação independente para punir os corruptos, bem como o confisco de seus bens”. O PSTU não precisa dizer quem fará essa investigação independente. As ilusões democráticas no Congresso continuam vigente no PSTU.

Sempre dissemos: as CPIs são um instrumento para os partidos da burguesia se digladiarem e resolverem as brigas de quadrilhas no Estado. Agora, as esquerdas ficaram atrapalhadas (PSTU, O Trabalho, PCO etc). Ou apóiam a CPI do PSDB/PFL, ou ficam contra ou se omitem. Qualquer uma dessas duas alternativas acaba ajudando o PT. Situação que demonstra suas ilusões passadas nas CPIs do PT contra o governo FHC, que só serviram de máscara ética ao partido para a disputa eleitoral.

O MST, CUT e UNE saem em defesa do governo

O PT, sob a voz de comando de José Dirceu, convocou os movimentos sociais a defenderem o governo contra o “golpe branco” da direita. Ou seja, um possível processo de afastamento de Lula da Presidência por meio do impedimento.

O MST tomou a frente desse chamado.

A CUT e a UNE são claramente governistas. O PCdoB impõe à UNE sua política estatizante. Aldo Rebelo, ministro articulador do governo, está completamente envolvido nos

acontecimentos e tem conhecimento de tudo que se passa nos porões do Planalto. O presidente da CUT, Marinho, é o burocrata que cumpre o papel de correia de transmissão da política pró-imperialista do governo para o seio dos sindicatos.

A CUT e a UNE não mobilizam para nada, a não ser para defenderem as reformas neoliberais do PT\Lula.

O MST tem se apresentado como crítico da política econômica, mas não do caráter capitalista do governo Lula. Apóia-o com restrições. João Pedro Stédile expressa o PT no movimento camponês. Justamente por ser crítico e pelo MST ter ganhado simpatia entre as massas é que encabeça a defesa de um governo entreguista e tão responsável pela miséria da maioria quanto os demais.

É pura hipocrisia a proclamação de que é preciso apurar as denúncias de corrupção. Quem vai apurar? A polícia federal? A CPI?

O MST apregoa que ou o governo amplia a política que vem aplicando, ou vem para o lado do povo (argumento de toda esquerda petista). Essa alternativa é uma farsa para justificar o apoio ao governo do PT, que está completamente comprometido com o imperialismo.

O MST constituiu uma frente pró-governamental com a UNE e CUT que têm bancado a política antinacional e antipopular do PT\Lula. As pastorais, que controlam movimentos populares, vinham se afastando do governo, por não terem suas reivindicações minimamente atendidas, agora voltam a apoiar o governo, pressionadas pela frente MST/CUT/UNE.

O argumento de que se trata de uma luta da direita contra a esquerda no governo não tem o menor apoio na realidade. O PT se integrou inteiramente na política capitalista. Está no poder, mas depende dos partidos para governar. Neste momento, socorre-se do PMDB contra a investida do PSDB/PFL, dependendo e fortalecendo uma de suas alas oligárquicas (a de Sarney). A intenção do PT é constituir uma aliança eleitoral com os peemedebistas.

Colocar os operários, camponeses e estudantes a serviço da disputa interburguesa é golpear a luta pela inde-

pendência dos explorados. O apoio ao governo Lula, acossado pela oposição oficial, que tem o trunfo da corrupção em suas mãos, demonstra que esses movimentos não têm uma direção independente do Estado e da política burguesa imposta à maioria explorada.

Defender a independência dos explorados

O que está colocado é ganhar as ruas para defender as reivindicações dos trabalhadores e da juventude.

A maior fraude do governo é contra os explorados. Prometeu milhões de empregos, dobrar o salário mínimo (mesmo assim, uma miséria), assentar milhares de camponeses e proteger a juventude. Não só não cumpre, como protege os lucros dos capitalistas.

A experiência vem mostrando à população que foi enganada. Esse é o real desgaste do governo. O PSDB/PFL podem usar o escândalo dos Correios e do mensalão livremente porque as massas vêm perdendo a confiança e porque o governo se assenta nos exploradores e não nos explorados. Defender o governo PT/Lula é garantir que continue assentado no grande capital e a mentir para os oprimidos.

Ao contrário, há que organizar a luta de massa em favor do emprego (escala móvel das horas de trabalho), dos salários (reposição das perdas e escala móvel dos salários), terra aos camponeses (expropriação dos latifúndios, sem indenização) e estudo a todo jovem (ensino universal em todos os níveis).

Sair às ruas contra as reformas neoliberais, defender o não pagamento da dívida externa e a estatização das multinacionais, sob o controle operário e rompimento de todos acordos com o imperialismo.

Lutar pela independência da CUT, UNE, MST e movimentos populares frente ao governo.

Organizar a frente única antiimperialista, sob a direção da classe operária.

Diante das denúncias de corrupção: Rechaçar a CPI como instrumento das quadrilhas e convocar um Tribunal Popular, fruto da mobilização e independente do Estado.

As raízes da crise política no país

Este texto se destina à próxima reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), e constitui um informe político da conjuntura no Brasil

1. A falência do reformismo é a principal demonstração de apenas dois anos e meio de governo do PT. Propunha-se a um governo que limitasse o saque do imperialismo, dirigisse a política econômica para incorporar as massas miseráveis no mercado interno e afastasse do comando do Estado a velha oligarquia. Com esses três pontos estratégicos, pretendia modificar o curso da administração do Estado, que se caracterizava pela diretriz neoliberal do governo FHC. O rompimento com o neoliberalismo permitiria introduzir reformas denominadas democrático-populares: reforma agrária, salário mínimo, geração de emprego, ampliação das “políticas públicas” etc. Como parte delas, por isso democráticas, o governo do PT implantaria uma reforma do Estado, que resumidamente levaria ao fortalecimento das relações partidárias no Parlamento, fim dos poderes presidenciais arbitrários, liquidação da corrupção e abertura de canais de participação popular. No entanto, antes mesmo de chegar ao poder, o PT reformista foi obrigado a se socorrer de apoio de setores do capital, contrair alianças patronais e, sobretudo, fazer um acordo com o imperialismo de não adotar nenhuma medida contrária aos interesses do capital financeiro e das multinacionais. A “Carta aos Brasileiros” foi divulgada como documento de compromisso com a ordem financeira internacional. Assim, o PT começou a governar em paz com a burguesia e apoiado nas ilusões despertadas nas massas com as promessas de um governo “democrático-popular”. O abandono de posições reformistas em favor de posições pró-imperialistas, antes mesmo de governar, revelou a impossibilidade de realizar reformas democráticas no capitalismo decadente.

2. O PT se integrou ao Estado e o governo Lula se tornou refém da classe capitalista. O objetivo eleitoral de ganhar postos governamentais e parlamentares “para transformar o Estado por dentro” resultou no aparelhamento burguês do PT. Não foi o Estado que se transformou, mas sim o PT que assumiu as tarefas de exercer o poder da burguesia. Ao chegar ao governo federal, encarnou definitivamente as relações de classe que se expressam na base econômica e a ditadura da burguesia que caracteriza a função essencial do Estado. O entrelaçamento do grande capital nacional com o capital externo está presente no poder central. É a força que comanda a economia e o Estado. O PT e seu governo logo assumiram as diretrizes já existentes. Não esboçaram nenhum movimento e nem manifestaram nenhuma vontade de romper os ditames do grande capital. A determinação do partido e do governo foi a de evitar qualquer comoção que resultasse em choques no Estado e na base social do país; em conflito com o capital imperialista. E, sobretudo, que abrisse caminho para manifestações das massas oprimidas. O maior receio do PT era e é a manifestação da classe operária e dos demais explorados. Essa conduta covarde refletiu, principalmente no início do governo, o temor da própria burguesia e sua exigência de que o PT\Lula dessem seqüência à estabilidade política e social da administração FHC. O que significava não tomar nenhuma medida que alimentasse cisões no seio da burguesia e/ou que possibilitasse os trabalhadores

se manifestarem por meio da luta de classe. Conforme o novo governo foi demonstrando fidelidade às exigências do imperialismo e a burocracia sindical se mostrou agente governamental – um dos sintomas mais visível foi a trégua do MST – os capitalistas folgaram em suas poltronas. Tratava-se de mantê-lo sob pressão e atado pelo parlamento. As alianças iniciais não lhe davam poder algum para modificação na política econômica. O governo se viu premido a ampliar suas relações incluindo o PMDB, cujo papel tem sido exatamente o de apertar o cinto de segurança às ações do PT\Lula. Está aí um governo cercado por todos os lados pelo capital.

3. O centro da administração econômica do governo petista é o cumprimento dos contratos e acordos com o capital credor e especulador. Apóia-se na viga mestra do capital financeiro, portanto nas diretrizes do imperialismo. O Ministério da Fazenda e o Banco Central são manejados por essa fração capitalista. O Conselho Monetário não faz senão alimentar o apetite dos financistas. Pesada carga tributária, altas taxas de juro, Real valorizado artificialmente, subsídio ao grande exportador, arrocho salarial ao funcionalismo e contenção no orçamento social – essa é a fórmula fixa herdada do governo anterior e ampliada em quase todos os aspectos. Coordenadas a ela, estão as reformas da previdência, universitária, sindical e trabalhista. Objetivam favorecer os negócios dos capitalistas às custas de mais miséria e tormento dos assalariados. A previdência pública está sendo inviabilizada para a maioria e pioradas as condições dos segurados. A reforma universitária é uma peça para fortalecer o ensino privado e avançar a destruição do nível superior público. A reforma sindical é um conjunto de medidas que aumenta o intervencionismo estatal nas organizações dos trabalhadores, restringe ainda mais o direito de greve e dá poderes legais à burocracia de manejar as centrais e os sindicatos a despeito das bases. A reforma trabalhista está esperando o segundo mandato de Lula. Foi adiada devido ao perigo dos trabalhadores se voltarem contra os dirigentes petistas e desestabilizarem o controle da burocracia. Os fundamentos da política econômica do governo petista objetivam manter o parasitismo do capital financeiro, abrir negócios para o grande capital, favorecer mais ainda a entrada do capital externo e criar condições para aumento de lucratividade. O governo do PT aplica disciplinadamente as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

4. As massas pagam alto preço por suas ilusões na “alternativa democrático e popular” do PT e no caudilho Lula. O salário mínimo de 300 Reais perpetua a fome de milhões. O esmagamento da renda média nacional dos assalariados contrasta com os extraordinários lucros dos banqueiros, multinacionais, agropecuaristas, agroindustriais e exportadores. Sustentam-se as taxas de desemprego crônico. Mantém-se a alta rotatividade da mão de obra. Avança a exploração terceirizada. Cresce o trabalho informal e o número de trabalhadores sem carteira profissional. Chega-se à conclusão de que, hoje, o custo da força de trabalho é um dos mais baixos do mundo. O que significa aumento da taxa de exploração do trabalho, maior acumulação de

capital, elevação da concentração de riquezas e empobrecimento das massas. Essa brutal opressão sacrifica a juventude, que enfrenta desemprego, corte em sua vida escolar e as pressões da via marginal de existência. Trabalho e estudo são negados a uma grande parcela de jovens. No campo, verifica-se o mesmo resultado. Agiganta a concentração da propriedade da terra, avança o domínio monopolista do agronegócio e a massa de agricultores pequenos e sem-terra são acantoados e empurrados para a miséria. As mudanças esperadas pelos camponeses transformaram-se em seu contrário. O governo retarda os assentamentos e mantém a política de ricas indenizações a proprietários que têm suas terras requisitadas segundo o critério de produtividade. Os já assentados, por sua vez, permanecem na miséria, sem condições e possibilidade de produzir para o mercado. O governo do PT impulsiona a lei de funcionamento do capitalismo de aumento da riqueza sob o controle da burguesia e aumento da pobreza da maioria explorada.

5. O governo do PT pretende uma política externa independente dos EUA, mas acaba servindo ao imperialismo de conjunto. Tem procurado reavivar o Mercosul há muito espatifado. As leis e regras de funcionamento do capitalismo monopolista – comandado pelas potências – se encarregaram de dar origem ao acordo aduaneiro e destruí-lo, sem que a burguesia dos países consorciados pudesse usá-lo como instrumento de proteção à ofensiva das multinacionais. Todos são devedores e estão nas mãos do capital internacional. A quebra da Argentina se encarregou de liquidar de vez o agonizante acordo e expor a real relação entre os dois protagonistas do Mercosul: concorrência e protecionismo. A Alca foi protelada, mas os EUA não deixaram de impor condições comerciais e de investimentos aos países que o governo Lula julgava aliados para resistir às pressões norte-americanas. As contradições entre as forças produtivas mundiais e as fronteiras nacionais, sobre as quais atua o capital multinacional e financeiro, obrigam ao imperialismo não ceder um milímetro às pretensões protecionistas das semicolônias. A idéia de que o Brasil é um país emergente e com peso na economia mundial tomou conta dos cérebros petistas. Desperta a ilusão de que poderá ter uma ação comercial independente das potências e determinar as relações na América Latina. O pragmatismo petista procura combinar “cooperação” com os EUA e liberdade de abrir novas fronteiras comerciais com países de capitalismo atrasado (africanos, árabes) ou ditos emergentes (China, Índia, África do Sul, Coreia). A reação interna do grande capital já é suficiente para as pretensões do governo se esvaziarem. A diplomacia petista termina por assumir as pressões dos EUA, que têm seus agentes capitalistas, governamentais e jornalísticos por toda parte. Oscila para lá e para cá. Dos árabes aos judeus – diz apoiar a causa palestina, mas também a de Israel. Do Haiti ao Iraque – propala que os EUA não deviam intervir no Iraque sem o consentimento da ONU e coloca-se a serviço dos EUA no Haiti com tropas brasileiras, em nome do consentimento da ONU. De Cuba à Colômbia – quer que os EUA levante o bloqueio econômico à Ilha e está com Bush\Uribe no plano de “pacificação” imperialista. Da Venezuela à Bolívia – diz defender a soberania do governo Chaves acossado por conspirações norte-americanas e coloca-se por atender o chamado da contra-revolução planejada pelo imperialismo. A linha dos petistas de não se submeterem completamente aos EUA, mas também de não se

choçarem com o poderoso guardião do mundo, faz do governo Lula um brinquedo das forças internacionais comandadas pelas potências. O imperialismo não vê nenhum risco nesta pretensa independência para seu domínio sobre o Brasil. As bravatas do governo Lula na ONU, OEA e Fóruns são tomadas com complacência ou desdém a quem está pagando bilhões aos credores, enquanto o povo “come o pão que o diabo amassou”. As manobras da diplomacia do governo Lula não passam de pequenas jogadas sem transcendência. O essencial, por enquanto, é que o governo do PT\Lula dirige toda política econômica para garantir os capitais dos credores. O fundamento da diretriz governamental do governo é pró-imperialista. É o que as potências esperavam do reformismo impotente e demagógico Diretriz que permite ao capital internacional continuar saqueando o país e atuar junto aos governos latino-americanos para conter a contestação das massas e derrotar a revolução, como a que está em andamento na Bolívia.

6. As contradições do capitalismo, as divisões no seio da burguesia e a crise social não só tiveram continuidade como se agravaram. A oposição burguesa – encabeçada pelo PSDB – se apóia na impossibilidade do governo cumprir suas promessas à população e aguarda o esgotamento das margens de manobras administrativas da crise alicerçada no endividamento, maiores exigências do imperialismo e dependência da conjuntura mundial favorável às exportações e aos preços. As condições propícias de crescimento se deram, em grande medida, a despeito do Executivo, que não fez senão sustentar o favorecimento aos exportadores e proteger os banqueiros, potenciando a orientação herdada de FHC. O crescimento vertiginoso do desemprego foi contido provisoriamente e se mascarou o subemprego. A fração financeira e o capital subsidiado apóiam o governo, mas não sem restrições. Essa relação não tem evitado choques de setores industriais e comerciais em torno da política monetária (taxas de juro, câmbio, financiamento estatal etc) e do orçamento. Não bastou o governo abandonar o objetivo de comparecer perante as massas como benfeitor dos pobres. Os capitalistas de conjunto estão de acordo que o PT cumpra o essencial da Carta aos Brasileiros. Mas exigem que seu governo seja mais incisivo no corte dos gastos estatais (previdência, saúde, educação, folha do funcionalismo, assentamentos). A burguesia presente que perde uma vantajosa situação. O PT capitulou e se equilibra em meio às frações burguesas, que querem aproveitar a contenção das pressões das massas para que o Estado destrua conquistas sociais e serviços elementares à população. Por todos os lados crescem as exigências e os ataques da burguesia, e o governo acuado se defende com o trunfo da “estabilização”, garantida pelo acordo com o FMI e pela solvência perante os credores. Os partidos desbancados do Executivo continuam com o poder. Controlam o legislativo e têm o aparato judicial sob sua influência. Não há projeto ou medida que a aliança PSDB\PFL não imponha condições. O PMDB aproveita a fragilidade parlamentar do governo para jogar dos dois lados. A chamada base aliada se resume aos partidos fisiológicos, que sobrevivem de cargos, troca de favores, chantagens e falcaturas. Aglutinam a horda da política burguesa. O governo do PT se move sob o fogo da oposição dominante. Atou-se à escória dos partidos burgueses e ao cabresto de setores oligárquicos.

7. Tornou-se evidente os laços do PT com a corrupção. O

primeiro passo foi depender das “contribuições” dos capitalistas para manter a burocracia partidária e concorrer nas eleições. Daí em diante já não há fronteiras. A burguesia comprou o PT. Mas foi comprado como partido ético. Imagem necessária frente a um Estado dirigido por quadrilhas, sobressaltado por escândalos e desmoralizado aos olhos da população. Nem bem o governo foi montado, a oposição teve a primeira oportunidade de furar o balão da ética. O PT e seu governo abrigam larápios ligados à contravenção. O jogo para arrumar dinheiro para os gastos milionários do PT é pesado. Mas foi a montagem do governo que mais revelou o apodrecimento do PT. Abrigou o malufismo (PP), antes execrado por seu direitismo e pela ladroagem. Arranjou-se com o PTB, partido comandado por Roberto Jefferson, defensor do governo Collor. Prestigiou o oligarca José Sarney, cuja família acabava de ser flagrada em improbidade e que todos sabem o quanto roubou no Maranhão. Todos partidos burgueses têm raízes e ramificações na corrupção, um fenômeno econômico-social do capitalismo e que se manifesta concentrado no Estado. O PT não poderia ficar isento. Teve de criar suas primeiras raízes no poder econômico para crescer e se robustecer como partido da ordem. Mas as escondeu denunciando as falcatruas dos demais partidos e seus governos. As CPIs foram e são palco da politicagem para resolver as pendências entre as quadrilhas – via de regra para pôr alguma disciplina em suas ações – e para mostrar à população a máscara ética do Congresso, um antro de larápios e ladrões a serviço dos interesses da classe exploradora. É a vez do PSDB e PFL comparecerem como defensores da probidade administrativa. Os parasitas do Estado e responsáveis de primeira linha pelas quadrilhas – o outro é o PMDB, mas que uma banda está no governo – tem no PT e seus aliados oportunidade de comparecerem como promotores de CPIs e de poderem vestir o disfarce da transparência ética. O PT no poder tem conhecimento da milionária falcatrua das privatizações, participou da farsa da apuração sobre a lavagem bilionária de dólares (30 bilhões de dólares) ocorrida sob o governo do PSDB\PFL\PMDB (caso do Banestado) e sabe da jogatina ocorrida no BNDES, mas acobertou a poderosa oposição burguesa. O governo Lula desde o início se constituiu como brinquedo do poder real da burguesia. O apodrecimento do partido pela convivência e pelo uso da corrupção é o sintoma do total aburguesamento e de sua ação pró-imperialista.

8. A burocracia sindical petista avançou a estatização dos sindicatos. As organizações de luta dos explorados foram totalmente aparelhadas pelo governo. Servem de apoio e à implantação das reformas neoliberais. A Central Única dos Trabalhadores esteve dirigida, sob o governo de FHC, a assegurar a estabilidade do regime político, auxiliando o PT em sua oposição colaboracionista (propositiva). A burocracia petista se despiu do palavreado de “autonomia dos sindicatos” e claramente contraiu funções de governo. A CUT age como braço do PT no movimento sindical e desenvolve posições pró-capitalistas, fundamentadas na propaganda da globalização, das novas tecnologias e da reestruturação produtiva. O colaboracionismo e a burocratização assumiram novas feições para a velha política colaboracionista. O PT formou ideologicamente uma rede de dirigentes sob a cartilha da socialdemocracia. A escola petista adentra a burocracia a combater os métodos da luta de classe e a defender o colaboracionismo como expressão inevitável de

“novas condições do capitalismo”. A socialdemocracia internacional fez uma profunda investida no movimento sindical brasileiro. Cooptou as principais lideranças do sindicato metalúrgico do ABC e estendeu sua influência pró-capitalista para a maior parte do sindicalismo. A CUT foi transformada em alavanca para o PT se implantar como partido do Estado. Se o PT contraiu relações promíscuas com grupos capitalistas, servindo-se de financiamentos de campanha eleitoral, a burocracia petista se potenciou com o extraordinário orçamento dos sindicatos – fenômeno geral de formação da burocracia profissional (carreirista) e de corrupção. Os exploradores têm atacado duramente as relações de trabalho, com o plano de “flexibilização”. As direções sindicais negociam demissões, redução de salários, corte de antigos direitos trabalhistas, precarização da previdência etc. Apóiam o salário mínimo de fome e ajudam a implantar as reformas antinacionais e antipopulares. A reforma sindical, manejada pela direção da CUT\Força Sindical, atesta o papel reacionário da burocracia. Reforça o intervencionismo estatal, recrudescer a lei antigreve e dá maiores poderes às direções sindicais burocratizada. O PT e seus sindicalistas aperfeiçoam as leis de proteção do capital contra o trabalho. O governo anterior teve as mãos livres para canalizar a economia do país para os cofres do grande capital e aplicar as medidas antinacionais. Os protestos cutistas não ultrapassaram o oposicionismo propositivo do PT. No atual governo, a direção da CUT integra os projetos de reforma.

9. O movimento dos sem-terra padece de independência frente ao Estado. É combatido duramente pela burguesia. A perseguição policial e judicial aumentou sob o governo Lula. Os constantes assassinatos de lideranças, religiosos e camponeses mostram o agudo choque de classe no campo. A situação dos sem-terra não melhorou, como se prometeu. Mesmo assim, a direção do MST continua a considerar o governo Lula e o PT aliados. Um contra-senso diante da evidente aliança do PT com partidos oligárquicos e defensores do latifúndio. O vínculo financeiro com “doações” governamentais, projetos estatais e organizações religiosas comprometem a independência do MST, principal movimento dos sem-terra. A estratégia de obter a reforma agrária via assentamentos em terras consideradas improdutivas e de indenização pelo Estado leva a luta camponesa a situação de dependência. Perde-se o norte da tarefa de pôr fim a toda estrutura da propriedade latifundiária do solo. As ocupações se limitaram a tais critérios. A aliança do MST com o governo Lula vem retardando o combate camponês. O domínio da burocracia urbana nos sindicatos operários favorece a aliança colaboracionista no campo. Não há que se desconhecer as ilusões despertadas pelo reformismo petista nas massas agrárias (também nas operárias). Ao contrário, levá-las em conta é fundamental para desenvolver a política independente (proletária) e a tática revolucionária de combate à opressão capitalista, que se expressa com particularidades no campo. Não é possível a vitória dos camponeses contra o monopólio histórico da terra pelos capitalistas agrários e contra o processo de concentração crescente protagonizado pela agroindústria sem a aliança com a classe operária, cujo lugar na produção capitalista a capacita a dirigir a maioria nacional oprimida contra os pilares do capitalismo. Mas as direções dos camponeses, ao apoiarem o governo de Lula, fortalecem o braço burocrático do PT no movimento operário. O PT está aliado à burguesia e dela

passou a ser instrumento de preservação do capitalismo, por isso tê-lo como aliado resulta em ilusões no Estado e derrota do movimento camponês. Suas direções sindicais se aliaram aos capitalistas na aplicação de medidas anti-operárias.

10. A chegada do PT ao governo federal abriu um processo de crise partidária e realinhamento das correntes. O quadro da esquerda petista vem se dilacerando. O processo anterior de ingresso do reformismo em governos municipais e estaduais levou a rupturas com a exclusão de correntes que não acataram a disciplina burocrática. Sobretudo por disputar sindicatos e organizar frações no interior dos congressos da CUT. A adaptação do PT ao Estado já estava evidente e as correntes excluídas ainda mantiveram o apoio ao PT, diferenciando-se até certo ponto nas últimas eleições – o PSTU apoiou o PT no 2º turno das eleições presidenciais. As diferenças tornam-se secundárias diante da semelhança estratégica. Todas apresentaram uma estratégia para o reformismo. Defenderam o apoio eleitoral ao PT sob a consigna de um “governo dos trabalhadores”. A tática de constituir um governo por meio das eleições revelou ilusões no reformismo e ausência de programa revolucionário. A concretização de um governo burguês e pró-imperialista do PT desorientou a ala da esquerda excluída do partido. Contribuiu também para o PSTU – corrente centrista mais importante – fazer uma virada para o ultra-esquerdismo. A formação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), com o objetivo de romper a CUT e de constituir um novo organismo, não corresponde à tendência do proletariado e demais assalariados. O PSTU está obrigado a falsear a realidade, argumentando que há um movimento de rompimento das massas assalariadas com a CUT. E confunde a necessidade de constituir uma frente de combate ao governo e à burocracia com a de dividir a Central. O PSTU, assim, renuncia à tarefa de combater o petismo, em todas suas variantes, no interior da CUT, que continua a controlar a maioria dos sindicatos e os mais importantes para a luta proletária. Põe de lado as bandeiras de independência e democracia sindical. Ou as neutraliza considerando que a CUT não expressa os sindicatos. As massas estão fazendo, pela primeira vez, a experiência com um partido que não surgiu diretamente da burguesia e teve seu desenvolvimento ligado aos sindicatos e movimentos sociais. Tudo indica que as ilusões não serão muito duradouras. O governo Lula continuará protegendo o grande capital e o aparato sindical burocratizado não tem como abrir caminho para a luta das massas. O trabalho programático e organizativo no interior dos sindicatos e da CUT é um imperativo da situação, que favorece o combate às posições petistas. A posição de contemporizar com a esquerda petista e ao mesmo tempo trabalhar pela cisão da CUT expõe as duas faces do centrismo: oportunismo e esquerdismo.

11. Novas rupturas no PT se manifestaram como crise partidária. A esquerda que chegou ao parlamento trabalhando sob a cobertura do reformismo, principalmente a DS (mandelista), se deparou com a exigência de votar medidas administrativas (presidente do BC, agente do FMI), políticas (presidência do Senado), formação de CPIs, salário mínimo e plano de reforma. Aceitar tais condições seria assumir a possibilidade de perder a condição de representantes da esquerda parlamentar. As contradições no seio do reformismo se ampliaram com a posição assumida pela corrente majoritária de seguir os ditames do grande capital. A hipótese do PT constituir um “governo de-

mocrático e popular” de transição pacífica para o “socialismo democrático” mostrou-se uma extravagância da esquerda pequeno-burguesa. Tanto se fez retórica da transformação do Estado por essa via e se negou a ditadura do proletariado, que essa esquerda não se deu conta da ditadura de classe da burguesia e as formas que esta assume por meio dos partidos oligárquicos. Ser parlamentares do PT, nas condições em que o governo é desse partido, significa expressar a ditadura de classe dos exploradores. Os mandelistas se dividem, se juntam com outros grupos inexpressivos e com intelectuais, parte deles vinda do estalinismo, e formam o P-Sol. Rompem com o PT, mas sem autocritica programática. Constitui-se o P-Sol com a mesma estratégia do socialismo democrático, contrária a da revolução e ditadura proletárias. O P-Sol continua a praticar o cretinismo parlamentar. Mantém a ilusão nas instituições do Estado e alimenta o democratismo pequeno-burguês, instrumento da dominação burguesa. Trata-se de uma cisão no campo do reformismo, que vem no sentido de manter a luta contra a construção do partido revolucionário. Uma outra ala esquerda do PT não sofreu ainda rupturas. O Trabalho (lambertista) faz oposição interna com a bandeira do PT das origens e com o objetivo de salvar o governo Lula. Considera que é possível modificar a linha política e atender as reivindicações das massas. Os trabalhadores em luta poderão “ainda salvar o governo Lula como um autêntico governo do PT”. E também é possível uma transformação do PT, que não comparece para O Trabalho como responsável pelo governo e degenerado na política burguesa. A capitulação dos lambertistas é total. O Trabalho tem a vantagem de não ter nenhum parlamentar. Não precisa testar sua oposição, como tem ocorrido com a DS, Força Socialista etc. Comodamente, defende o PT contra qualquer cisão e ataque das esquerdas. O Trabalho defende não só um cadáver para a luta das massas, mas também um instrumento ativo para a ditadura da burguesia. Essa ala da esquerda petista tem raízes em uma parcela de sindicatos cuja base ainda expressa ilusão no governo Lula. Faz parte da burocracia sindical de esquerda. O PT tem lhe servido de abrigo. A posição de “salvar o governo Lula” é parte da política ilusória do lambertismo e expressa o mais acabado oportunismo. A tendência do governo Lula é de manter-se submisso ao imperialismo. Um possível 2º mandato se encarregará de esgotar as ilusões das massas e espatifar ainda mais a esquerda petista.

12. O governo Lula já é de crise. Não conseguiu centralizar e disciplinar a burguesia. Assenta-se na concessão do capital financeiro, que logo de início o centralizou e disciplinou para a política econômica pró-imperialista. As condições da economia mundial e os resultados dos ataques às relações de trabalho favoráveis aos capitalistas permitiram movimentar a economia interna. Entretanto, os fatores contraditórios têm se manifestado, provocando choques entre os interesses das frações burguesas. O saque do país pelo imperialismo não foi amenizado. Ao contrário, a política fiscal, monetária e cambial promove a sangria, incentiva o parasitismo financeiro, reduz drasticamente a capacidade de inversão estatal e impulsiona as tendências concentracionistas. Tudo indica que a recuperação econômica tão cantada por Lula tem fôlego curto. As massas terão de ser atacadas mais duramente. Não há como o PT aplicar medidas sociais assistencialistas, que tenham algum efeito na vida da maioria oprimida. Os planos, nesses sentidos, caíram por terra

já no primeiro ano de governo. A ordem do capital é o de dirigir todo esforço fiscal e orçamentário do Estado para a estabilização, ou seja, para o pagamento dos juros da dívida. É parte dessa exigência a reforma trabalhista, que o governo a tem pronta, mas não teve como acioná-la no parlamento. A burocracia petista pressentiu que se lançar a essa empreitada era temerário. Os trabalhadores já arcam com medidas de flexibilização, mas legisla-la é ampliá-la, como pretende a burguesia e exige o imperialismo. Adiar a reforma trabalhista é apenas administrar a tendência geral do capitalismo de esmagar a vida das massas. Os monopólios, que ditam a política econômica, respondem à contradição entre as forças produtivas altamente avançadas e as relações de produção esgotadas. Mundialmente o imperialismo destrói conquistas das massas e se lança vorazmente contra as economias nacionais. Qualquer manifestação nacionalista nas semicolônias é tratada como assunto de guerra. O capitalismo monopolista faz ressaltar a contradição entre as forças produtivas mundializadas, controladas pelas potências, e as fronteiras nacionais. Os conflitos entre as potências pelo mercado são descarregados sobre as semicolônias. O Brasil é obrigado a dar sua cota de sacrifício para o capital financeiro. Tais contradições são expressas em medidas que protegem a lucratividade dos capitalistas e empobrecem as massas. A luta do proletariado em defesa de suas reivindicações básicas assume caráter revolucionário.

13. Tarefas fundamentais:

• Combater o governo do PT\Lula rechaçando suas reformas antinacionais e antipopulares. Denunciar aos trabalhadores e à juventude oprimida a política pró-imperialista e o assistencialismo burguês. Desmascarar as manobras de independência frente aos EUA e demais potências, que servem para acobertar o servilismo. Chamar os trabalhadores a rejeitarem o intervencionismo do Brasil nos países latinoamericanos para socorrer governos ameaçados pela luta dos explorados. Demonstrar a capitulação da esquerda petista que esconde a caracterização do governo Lula de governo do grande capital e alinhado aos banqueiros internacionais. Rechaçar a farsa que separa o PT do governo Lula e que apresenta a bandeira de recuperar o governo do PT. Trata-se de fazer no seio das massas a oposição revolucionária ao governo do PT e confrontar com seus defensores.

• Combater o conjunto da política patronal. O governo Lula é refém dos partidos de oposição burguesa. Isso porque desde o primeiro momento aceitou as condições impostas pela classe capitalista interna e pelo capital estrangeiro. Arrastou as massas a elegê-lo e em seguida passou a governar contra elas. Os velhos partidos da ordem continuam a decidir os rumos do Estado e controlam cada passo do governo Lula. O PSDB, PFL e PMDB – os mais poderosos partidos – solapam a governabilidade e o PT é incapaz de convocar as massas em defesa de seu governo. É fundamental combater o governo do PT mostrando aos explorados sua incapacidade de confrontar a oligarquia partidária.

• Frente à corrupção que abala o governo do PT\Lula, mostrar às massas que se trata de um fenômeno próprio do capitalismo. É preciso destruir o poder da burguesia e o sistema econômico de acumulação de capital para acabar com a corrupção. O Congresso usa as CPIs a cada grande escândalo. Mostrar que as CPIs são instrumento de disputa entre as quadrilhas partidárias e um jogo de poder interno ao Estado. As esquerdas de-

fenderam amplamente as CPIs, iludidas no PT e imbuídas na disputa eleitoral. E agora quando a CPI é contra o governo do PT e serve ao PSDB\PFL não fazem o mesmo. Mostrar que a corrupção no governo do PT é manifestação do apodrecimento do capitalismo. A luta dos explorados é pôr em pé um Tribunal Popular, sob o controle das massas e independente do Estado. Apurar os crimes da burguesia para derrubá-la do poder e colocar a economia sob controle do proletariado e demais oprimidos.

• Denunciar o salário mínimo de fome e mostrar que o capitalismo não tem como superar a pobreza e a miséria da maioria. Ao contrário, cresce concomitantemente a concentração de capital e expande a pobreza. Que as massas por meio das assembleias calculem o valor real do salário mínimo a ser defendido. Lutar pelo salário mínimo real é contrapor-se à fome e à exploração capitalista. Rechaçar o objetivo de separar os aposentados e funcionários públicos dos assalariados das empresas privadas quanto ao reajuste do salário mínimo. Essa diferenciação serve aos interesses dos credores internacionais que exigem reduzir os gastos do Estado, sacrificam ainda mais aposentados e funcionários e divide os trabalhadores. A luta pelo salário mínimo real é de defesa da vida da maioria e contra a barbárie capitalista. Por isso mesmo, vincula-se às demais reivindicações e bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas.

• Organizar as campanhas salariais pela recuperação das perdas. A burocracia sindical tem evitado as campanhas de luta. Denunciar sistematicamente o bloqueio às reivindicações salariais e defender a convocação das assembleias gerais. Opor-se à fragmentação e divisão das campanhas. Combater o corporativismo com a defesa das reivindicações comuns e com a tática da unidade na luta das massas. Colocar para os trabalhadores a importância e a necessidade de exigir da burguesia e seu Estado a implantação da escala móvel de reajuste.

• Defender a escala móvel das horas de trabalho contra o maior flagelo do capitalismo – o desemprego. Trata-se de um combate sistemático contra demissões, pela recuperação dos postos de trabalho destruídos e pela incorporação de toda força de trabalho na produção. Denunciar os acordos da burocracia de desemprego e redução dos salários. Combater as demissões voluntárias, bancos de horas e demais medidas de flexibilização trabalhista. Demonstrar que a informalidade e terceirização são conseqüências do capitalismo em crise. Desmascarar o argumento burguês e utilizado pela burocracia de que a flexibilização é a forma de reduzir o desemprego. Salários baixos, pesada jornada de trabalho e desemprego são os principais pilares da exploração capitalista. Atacar sistematicamente esses pilares para combater a miséria e avançar a luta das massas contra os fundamentos do capitalismo – a propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho.

• Lutar contra o imperialismo e a conseqüente miséria da maioria trabalhadora. O objetivo estratégico da luta antiimperialista é de expropriar o capital monopolista. Passa pela defesa de não pagamento da dívida externa e interna aos banqueiros. Rompimento de todos acordos antinacionais. Fim da sangria do Brasil. O atraso econômico, as crises e a miséria das massas não poderão ser solucionados sob o domínio do capital imperialista. Demonstrar esse vínculo e denunciar a política da burguesia nacional de sustentar o parasitismo da burguesia internacional. Combater o governo Lula como instrumento dessa política. A burguesia brasileira está completamente atá-

da ao capital estrangeiro e escancara o país para a exploração imperialista. O saque, os limites ao desenvolvimento econômico e as quebras são descarregados sobre os assalariados e camponeses pobres. Combater a miséria é combater o imperialismo. Por essa via, avançará a tarefa proletária de conquistar o poder e transformar o capitalismo em socialismo.

- Combater a subserviência do governo Lula. A intervenção militar do Brasil no Haiti expõe a fraqueza do PT frente aos EUA. Mostra a falácia da pretensão de independência e o palavreado de não intervenção. Colocar-se sob a política da ONU é seguir decisões das potências. Denunciar as manobras intervencionistas na América Latina. A visão de que o Brasil se destaca como potência regional responsável pela estabilidade democrática do continente latino-americano é servil ao imperialismo. O apoio a governos nacionalistas é demagógico. Não condena e combate o intervencionismo golpista e militarista dos EUA na América Latina. Faz demagogia frente à ocupação no Afeganistão e Iraque. Levantar a bandeira de nenhuma intervenção do Brasil a serviço de governos opressores e pró-imperialistas. Nenhum apoio às contra-revoluções, como a que se arma na Bolívia. Nenhuma leniência frente à política intervencionistas dos EUA, como a aplicada na Colômbia. Nenhuma proteção a governos derrubados pelo povo, como a ocorrida no Equador.

- Denunciar a fraqueza do governo frente às pressões industriais e comerciais dos EUA. A protelação da Alca corresponde às conveniências do momento. Não expressa nenhuma tática de resistência ao imperialismo. As negociações continuam nos bastidores. Preparam-se as condições para impô-la. O grande capital nacional pressiona para que o governo prossiga com a aproximação de um acordo. A premissa de que os EUA é o grande "parceiro" do Brasil corresponde à posição antinacional da burguesia brasileira. Está submetida ao capital financeiro externo e ao mercado norte-americano. As manobras do governo Lula têm fôlego curto. Reflete a incapacidade de enfrentar o grande capital interno. A estratégia do Mercosul para contrabalançar as pressões dos EUA se esgotou. O grande capital argentino e brasileiro jogam um país contra o outro. Por detrás está o capital financeiro e multinacional, que quebrou a Argentina, mantém o Brasil semiquebrado e que arrebentou as pretensões de bloco econômico da América Latina. Lutar contra a Alca com as bandeiras antiimperialistas. A tarefa de unificação da América Latina, superação do atraso econômico, resolução do problema das nacionalidades indígenas e dos camponeses, fim da fome, erradicação do analfabetismo e elevação da cultura das massas depende de emancipar o continente da opressão imperialista. Eis por que a luta é pela revolução proletária, que comece em um país e avance aos demais. A estratégia de emancipação, da tarefa de autodeterminação e da prática da cooperação é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

- Trabalhar pela revolução proletária na Bolívia. O país altiplano é o mais avançado posto da luta antiimperialista. As massas protagonizam um movimento de ocupação do país. As mais variadas camadas da população oprimida se dispuseram a tomar a economia em suas mãos. É o que expressa a unidade da maioria nacional oprimida. A burguesia está paralisada pelo controle do país por aqueles que arcam com a riqueza e com a fome. E o governo não governa. O imperialismo pressiona por meio da OEA para se encontrar uma saída que quebre a ação das massas e prepare o caminho para a contra-revolução

sangrenta. O movimento internacional burguês contra o povo boliviano compareceu mais abertamente com a intervenção do Vaticano. A burguesia brasileira tem interesses diretos na Bolívia. Certamente, seus agentes estão trabalhando nos bastidores para limitar o alcance do levante. Frente às dificuldades do governo sufocar a insurreição, a burguesia boliviana dividida procura apoio do grande capital e, particularmente, do Brasil para impor uma solução dita "democrática". Isto é, que impeça a tomada do poder pelo proletariado unido às nacionalidades índio-camponesas e reordene as forças burguesas para retomar o controle do país. A renúncia do principal dirigente dos camponeses Evo Morales (MAS) de organizar o movimento para tomar o poder e a posição de convocar uma Constituinte abrem fendas na revolução. A burguesia, ajudada pela Igreja católica, usa essas fendas, afasta o governo que não governa e dá um passo para convocar a velha estratégia contra-revolucionária de união nacional e pacificação do país. Nossa luta: esclarecer os trabalhadores brasileiros sobre a importância decisiva da revolução proletária na Bolívia para a luta geral do povo latino-americano; convocar as correntes que reivindicam o socialismo a constituírem uma frente de apoio à revolução e contra as manobras do MAS; divulgação das posições do POR boliviano que luta pela tomada do poder, sob a estratégia da ditadura do proletariado; denunciar cada passo do governo brasileiro de apoio à contra-revolução.

- Fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário. As posições programáticas, políticas e táticas têm sido confirmadas pelos acontecimentos. A luta sem trégua contra o reformismo petista e a crítica sistemática às adaptações das esquerdas tornou-se mais significativa diante do fato do PT ter se mostrado apodrecido antes mesmo de chegar ao poder do Estado. O mais grave dos erros das correntes foi terem defendido para o reformismo uma estratégia de poder eleitoral (governo dos trabalhadores, governos dos trabalhadores da cidade e do campo, governo do PT e da CUT). Revelaram não ter programa próprio e formular posições estratégicas determinadas pelo poder eleitoral crescente do PT. Escondem, agora, o que defenderam no passado recente. Mas não podem evitar crise em suas fileiras. A luta programática do POR fortalece a convicção da necessidade do partido marxista-leninista-trotsquista. Na Bolívia, a luta do POR boliviano joga por terra a campanha das esquerdas que têm primado por acusá-lo de sectário e nacionalista. O programa e a tática marxistas vem sendo materializado pelas massas em sucessivos levantes. No movimento atual, as massas marcham para a expulsão da burguesia do poder do Estado. Ressalta aqui no Brasil a necessidade de superarmos as deficiências organizativas para expressar o internacionalismo proletário. A situação embrionária da reconstrução da IV internacional, por meio do Comitê de Enlace, é um obstáculo para potencializar internacionalmente a revolução proletária na Bolívia. As esquerdas têm combatido o POR diuturnamente e agora se encontram incapacitadas para apoiar a estratégia da revolução ditaduras proletárias. A vanguarda passa por mais esta experiência com o levante dos oprimidos bolivianos, com as manobras do nacionalismo apodrecido e com as posições revolucionárias do POR boliviano. Os acontecimentos na Bolívia estão se encarregando de mostrar de maneira dramática a necessidade de pôr em pé o Partido Mundial da IV Internacional.

Rondônia

Corrupção no governo do PSDB de Rondônia

O governador de Rondônia é acusado de envolvimento na extração ilegal de diamantes, de responsabilidade sobre o massacre de 29 garimpeiros na Reserva indígena, de fazer acordos e promessas aos caciques cinto-largas em troca de autorização para explorar diamantes, de fraudes em licitações para favorecer empresas da família quando era prefeito de Rolim de Moura, de envolvimento com o doleiro Marcos Gilkas, preso com pedras de diamantes extraída na Reserva Roosevelt, e outras dezenas de denúncias. Pesa sobre o Ivo Cassol o fato de ter fitas gravadas sobre as falcatruas e a lama das propinas na Câmara de deputados. Entre essas conversas gravadas se encontra a de Cassol com o deputado Emílio Paulista, relatando o "mensalão" que foi oferecido aos parlamentares que votaram em Carlão de Oliveira (PFL), presidente da Assembléia. Outras fitas mostram deputados pedindo propina em nome de dez parlamentares do Estado.

Diante do escândalo, a Assembléia Legislativa afastou sete deputados. Amarildo de Almeida (PDT), Daniel Neri (PMDB), Ellen Ruth Salles Rosa (PP), Emílio Paulista (que se diz sem partido), João da Muleta (PMDB), Kaká Mendonça (PTB) e Ronilton Capixaba (PL).

Ainda mais: Ivo Cassol é acusado de fraudar o orçamento do Estado, que foi motivo de pedido de impeachment por parte da oposição. Também de nepotismo, nomeando sua irmã, Jaqueline Cassol para a diretoria do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). E de emissão de cerca de 1 milhão de reais de bilhetes de passagens aéreas em apenas 11 meses, no ano de 2004, pagos a uma agência de viagem de propriedade de seu secretário de turismo Alexandre César Agostinho Pereira.

Como se vê, o governador do PSDB está atolado na lama da corrupção. Por sua vez, na Assembléia Legislativa, a compra de apoios envolve deputados do PMDB, PP, PDT, PL e PTB. Deputados abrem CPI para incriminar Ivo Cassol. O governador financia manifestações contra os parlamentares corruptos. Do Executivo ao Legislativo, com a conivência do Judiciário, as denúncias correm como rastilho de pólvora. A verdade é que as quadrilhas se digladiam no poder do Estado, envolvendo os partidos da burguesia.

PSDB, por detrás da máscara de ético está sua face de corrupto

O PTB, do Sr. Roberto Jefferson, que acusa o PT/Lula de comprar deputados por meio do "mensalão", em Rondônia vem sendo acusado de pedir propina para legislar. O PMDB, que aparece em nível federal como relator da comissão parlamentar de inquérito para apurar as fraudes dos Correios, faz parte das denúncias de recebimento de dinheiro para votar projetos do governo. O PSDB, que comparece como honesto na crise que envolve o governo Lula, é o centro da corrupção no Estado de Rondônia. Está aí por que dizemos que são peças do mesmo jogo. Todos eles sobrevivem das fraudes, dos mensalões, dos nepotismos e de toda sorte de corrupção.

A vida dos partidos oficiais da burguesia depende dos or-

çamentos estatais. Não por acaso disputam com unhas e dentes os cargos administrativos, as presidências de estatais e bancos, os ministérios, os lobbies no Parlamento e a carreira parlamentar e executiva. Volta e meia vêm à tona denúncias de uma quadrilha contra a outra. Enquanto partidos se passam de éticos numa determinada esfera de governo, na outra esse mesmo partido está sendo acusado de ladroagem. É o que se passa com o PSDB. Em nível federal, estão posando de partido da moral, ao mesmo tempo, em Rondônia, estão no centro da roubalheira.

Corrupção no Parlamento e no Executivo é inerente ao Estado burguês

Parlamento e Executivo se digladiam em mútuas acusações, cuja origem está no executivo estadual. Sobre os deputados afloram acusações à semelhança das apresentadas a Ivo Cassol, pois também mantêm parentes e amigos como seus assessores. Tratam-se de disputas interburguesas e, quando um dos setores se sente atingido, vêm à tona as denúncias contra as outras alas.

O que se passa em Rondônia só vem confirmar nossas colocações de que o Parlamento é um instrumento para legislar os interesses da burguesia e que é formado por quadrilhas que vivem às custas do Estado.

As soluções parlamentares para apurar a corrupção, as CPIs, são uma farsa. Uma ala corrupta apurando outra ala. Esse mecanismo serve unicamente para acobertar o mar de lama que está inserido os governos e todas as instituições do Estado. Nada é apurado. Os partidos permanecem ilesos. A corrupção comparece como um desvio desse ou aquele deputado ou desse ou aquele governo. Portanto, nada tem a ver com a verdadeira apuração e punição, que deve estar nas mãos da maioria oprimida por meio de seus organismos, que são os Tribunais Populares.

Somente os Tribunais Populares poderão apurar, julgar e punir

Ivo Cassol e os parlamentares estão envolvidos até os ossos. Eles não podem julgar a si mesmos. Nenhum apoio deve ser dado às CPIs. É fundamental que os trabalhadores e a juventude levantem a bandeira dos Tribunais Populares.

O Tribunal Popular é o mecanismo de tirar da burguesia o poder de apurar e julgar seus próprios crimes. Tratam-se de organismos criados pelos explorados na luta contra a corrupção. São organismos sob o controle dos trabalhadores e, assim, com condições de julgar e punir a corrupção da classe burguesa e seus governos.

É importante dizer que enquanto existir o sistema capitalista a corrupção estará presente. A crescente corrupção que permeia todas as esferas do Estado é a demonstração do grau de decomposição do capitalismo. A defesa dos Tribunais Populares tem com essência a luta pelo fim do regime de exploração do trabalho.

Balanço das eleições Apeoesp

Que caminho tomará a Oposição Unificada?

1. As eleições da Apeoesp ocorreram num quadro de profunda crise do governo PT/Lula. As correntes que compunham a diretoria se dividiram diante das medidas antinacionais e anti-populares, que atingiram os professores por meio da reforma da Previdência, dos cortes de recursos à educação, da manutenção do mecanismo de distribuição das parcas verbas por meio do Fundeb, da compra de vagas nas universidades privadas (Prouni) e das reformas sindical e trabalhista que estão por vir. Não foi por acaso que houve a unidade da Articulação, Artnova e PCdoB (chapa 1), defensores do governo Lula e de ações "propositivas" às medidas neoliberais de Alckmin (PSDB). Os setores da esquerda petista, a Alternativa Sindical Socialista (DS) e O Trabalho, que dizem ser possível modificar o rumo do governo, de pró-imperialista a reformista, formaram a Chapa 5. Os opositores ao PT/Lula se dividiram em quatro chapas. O PSTU, Frente Socialista de Oposição e independentes da Oposição Alternativa compuseram a chapa 2. A chapa 3 foi a do PCO. A chapa 4 foi a Liga (LOI) e independentes afins. A chapa 6 constituiu-se com os coletivos de Mauá e Diadema. O Partido Operário Revolucionário/Corrente Proletária defendeu a Oposição Unificada, sobre a base do programa e da luta contra a burocracia petista e o governo Lula. Atuou chamando o voto crítico na chapa 2. Os resultados eleitorais deram à chapa 1 - 49,09%; à chapa 2 - 28,51%; à chapa 3 - 3,19%; à chapa 4 - 2,47%; à chapa 5 - 9,45%; à chapa 6 - 2,99%. A chapa 1, com maioria na Comissão eleitoral estadual, determinou que quase 100 urnas (cerca de 10%) não fossem apuradas. Certamente, tratavam de urnas em regiões onde a Oposição tinha maioria. A fraude no interior, onde não havia fiscalização das urnas pelas chapas de oposição e onde a Articulação/PT impediu que houvesse qualquer controle, e a não apuração de urnas da capital e Grande São Paulo foram mecanismos para impedir que os setores opositores tivessem maior presença na diretoria da Apeoesp. De acordo com os estatutos, somente a 1 e 2 comporão a direção. Nessa composição, permanece a representação da Alternativa/PSTU acrescida da representação da FOS pela chapa 2. O que ficou demonstrado é o crescimento do descontentamento dos professores na capital e Grande São Paulo, onde reúnem a vanguarda que acompanha de perto a política conciliadora e antitribaladora da direção petista da Apeoesp.

2. A vitória da chapa 1 (PT/PCdoB) se deveu aos votos do interior. Dos 29.713 votos nessa chapa, 22.562 vieram das cidades do interior. Na capital, só venceu nas subseções de Vila Prudente (leste), Santana (norte) e Sudoeste. E mesmo assim, a chapa da Oposição Unificada conseguiu em Santana (reduto da dinastia Felício) 19,73%; na Vila Prudente, 29,74% e na região sudoeste, 17,44%. O que mostra o aumento da rejeição nos lugares onde comparecia monoliticamente. Na Grande São Paulo, contou com as cidades de Itapevi, Itaquaquecetuba, Mauá, Poá, Ribeirão Pires, Santo André e São Caetano do Sul. Em Santo André, com o apoio da prefeitura petista, a vitória foi apertada: 42,69% contra 39,69% da chapa 2. Portanto, na capital, dos 10.748 votantes, a chapa 1 obteve apenas 3.303 votos. Na Grande São Paulo, dos 12.451, conseguiu unicamente 3.848 votos. Foi o interior que ree-

leveu a chapa petista/estalinista. Boa parte das Subseções como Amparo (81,4%), Araçatuba (90,05%), Araras (85,65%), Atibaia (88,70%), Bebedouro (81,50), Botucatu (91%), Casa Branca (94,50%), Dracena (85,74%), Limeira (88,65%), Marília (83,22%), Mogi Mirim (84,86%), Olímpia (96,05%), Orlândia (90,71%), Osvaldo Cruz (94,62%), Penapolis (84,27%), Pereira Barreto (90,09%), Piraju (95,64%), Pirassununga (88,92%), Presidente Venceslau (92,21%), Teodoro Sampaio (91,01%), Tupã (93,04%) e Votuporanga (84,51%) mais de 80% dos professores votaram pelo continuísmo. Outras atingiram de 60% a 70% dos votantes. Repetimos, esses números não correspondem à realidade, dadas as fraudes. Esses dados revelam que a força da burocracia está no interior, onde grande parcela do professorado mantém o conservadorismo da classe média, avesso às idéias de mudanças e aos métodos da luta de classe. A burocracia foi derrotada nos lugares mais politizados e em que a experiência dos professores com a conciliação com o governo demonstrou que tem servido à política de brutal arrocho salarial e sucateamento da educação pública.

3. Levando em conta os resultados das eleições passadas (2002), a chapa 1, formada pela Articulação/PT e PCdoB, dos 59.261 votos, obteve 39,65% e não contava com a ala petista da Artnova. Por sua vez, a Artnova, que comparecia disfarçada de oposição, conseguiu 20,80%. A fusão do PT pró-governo (Articulação/Artnova) significou a diminuição de mais de 6 mil votantes (de 61% passou para 49%). Esses votos foram para os setores de oposição. É importante dizer que esses setores, que compuseram as chapas 1 e 3 nas eleições passadas, possuíram 27.179 votos e, agora, 22.562. O que revela que parte dos 6 mil professores, que não votaram na chapa 1 (unificada), é do interior. Essa comparação é possível porque a diferença do número de votantes em 2002 (59.261) e o atual (60.528) é quase insignificante. Esse quadro certifica nossa avaliação de que não houve um crescimento eleitoral do PT/PCdoB. Ao contrário, a fusão provocou deslocamento de professores para os setores identificados como oposição, desfazendo a máscara de que a Artnova era uma ala opositora à Articulação. A unidade petista servia e serve para assegurar a continuidade da política de sustentação do governo Lula, tendo em vista que a Apeoesp tem uma base de 150 mil associados. A experiência com uma direção abertamente pró-governo e os ataques em função das medidas neoliberais farão com que parte significativa do professorado empobrecido procure a via do enfrentamento ao governo e verifique na prática a conduta de seus dirigentes sindicais.

4. Nessas eleições, a ala esquerda do PT (DS e O Trabalho) se fundiu na chapa 5. Essas duas correntes estavam divididas em 2002. O Trabalho saiu com chapa própria e alcançou pouco mais de 3% dos votos. A DS, que forma a Alternativa Sindical Socialista - ASS, fazia parte da Oposição Alternativa e esteve com a chapa 2, junto com o PSTU. A posição do PSTU de cindir a CUT e formar a Conlutas e de crítica à política do PT levou a ASS a romper com a Oposição Alternativa e se juntar com O Trabalho, ambos em defesa do PT/Lula. A avaliação dessas correntes era a de que poderia carrear os votos dos professores descontentes com o

PT, mas isso não se confirmou. A chapa 5 não alcançou os 10%, necessários para compor a diretoria, ficando com 9,45% (5.721 votos). Em termos de votos, a maioria deles veio do interior (2.757). Venceu em Jundiá (51,63%) e quase empatou com a chapa 1 em Sorocaba (36,43%). Na capital, teve a maioria dos votos na Subsele Leste-Tatutapé (38,77%). A não presença na diretoria do sindicato e a pequena expressão nas subsele e Conselho trarão conseqüências para correntes que sobrevivem da burocracia e dos afastamentos sindicais. Conseqüentemente, a DS perdeu postos na burocracia. Só a ala direita do PT e o PCdoB constituem a maioria na direção. A ala esquerda petista perdeu espaço e ajudou a direita petista.

5. A chapa 2, formada pelo PSTU, FOS e independentes da Oposição Alternativa, obteve 17.257 (28,51%). Na capital, de 10 Subsele venceu em 6: Itaquera (43,20%), Lapa (58,29%), Leste Penha (45,17%), Santo Amaro (55%), São Miguel (53,01%) e Sudeste-centro (45,89%). Na Grande São Paulo, de 17 subsele venceu em 8: Diadema (53,03%), Franco da Rocha (44,43%), Guarulhos (73,45%), Mogi das Cruzes (43,19%), Osasco (47,77%), São Bernardo (61,16%), Suzano (46,88%) e Taboão da Serra (64,93%). O número de votos no interior foi muito pequeno: 7.446, ganhando apenas em Araraquara (52,73%), Avaré (78,52%), Barretos (60,32%), Jaboticabal (58,64%), Jacaré (50,69%), Jaú (60,07%), Ourinhos (70,28%), Ribeirão Preto (48,15%), Salto (90,34%), São Carlos (83,05%), São José dos Campos (62,80%), Sumaré (51,34%) e Taubaté (48,33%). Nas eleições passadas, onde a Oposição Alternativa agrupava setores da esquerda do PT, a chapa 2 conseguiu 25,33%. O crescimento eleitoral da chapa 2 refletiu a tendência oposicionista crescente no seio dos professores. É preciso dizer que o rompimento da ASS e sua união com O Trabalho carregou voto da chapa da Oposição Unificada. Nas eleições passadas, a chapa do O Trabalho teve apenas 3%; agora, com a ASS, obteve 9,43%.

6. As chapas 4 e 6, formadas pela LOI e Coletivos de Mauá e Diadema, surgiram da divisão do Movimento de Oposição dos Trabalhadores (MOTE). A recusa de travar um combate dentro da Oposição Unificada fez com que estilhaçasse o MOTTE. Sem uma distinção programática clara, a não ser denúncias da conduta do PSTU na diretoria da Apeoesp, omitindo o ponto central que unifica o PSTU e os Coletivos, que é a cisão da CUT, a chapa 6 conseguiu 1.809 votos (2,99%). A chapa 4, que rompeu com a 6 às vésperas das eleições, em que parte era favorável a desfiliação da CUT, também escondeu do programa tal posição, acabou reunindo 1.497 votantes (2,47%). Por sua vez, a chapa 3, do PCO, obteve 1930 votos sendo que 1317 foram colhidos no interior do Estado. Nas eleições passadas, o PCO teve 800 votos (1,38%), sendo 397 do interior. Como se vê, praticamente dobrou seus votos. Mas aumentou no interior. Na capital, foi inexpressivo o crescimento. Isso demonstra que PCO fez uma campanha adaptada ao conservadorismo, renunciando a defesa de um programa revolucionário. Chamou atenção o fato dos principais encabeçadores dessa chapa não terem sido eleitos em suas regiões, terem obtido um número insignificante de votos e, portanto, ficarem fora do Conselho de Representantes.

7. Os resultados eleitorais, que colocaram na diretoria da Apeoesp cerca de 60% dos cargos nas mãos do PT/PCdoB e por volta de 40% para o PSTU, Oposição Alternativa e FOS, demonstram o enorme controle que a burocracia tem das subsele do in-

terior, boa parte dirigidas por conselheiros liberados (pagos). Esse mecanismo de se apoiar no conservadorismo da classe, expresso em grande medida nas cidades interioranas, para manter-se no aparelho sindical, é uma das táticas do sindicalismo pelego. Não por acaso, a burocracia traidora usa esse expediente para quebrar as greves, modificar estatutos do sindicato, manipular os congressos, fraudar as eleições e fazer do sindicato um instrumento da política burguesa. Como a maioria dos setores de oposição se concentra na capital e na Grande São Paulo, as chapas oposicionistas não têm como fiscalizar todas as urnas. Em grande medida, as urnas do interior recolhem votos unicamente para a chapa da situação. As denúncias de fraudes são freqüentes. Quase sempre, o voto de cabresto é o que garante os postos nas subsele, que são usados também como trampolim para as eleições governamentais. Essa rede de burocratas servis é o que garante a reeleição de dirigentes e sua perpetuação no poder do aparelho sindical por quase três décadas. A posição minoritária da chapa 2 não impede a denúncia constante das falcatruas e da política traidora do setor majoritário. O argumento de que é minoria e por isso não dirige a Apeoesp não responde à tarefa de derrotar a burocracia pelega.

8. A expressiva votação da chapa 2 e a presença de mais de 40 militantes na diretoria da Apeoesp coloca em suas mãos o dever de cumprir as decisões aprovadas em seu programa eleitoral. Não é de desconhecimento da vanguarda que esse setor possui traços de burocracia que precisam ser combatidos para que se construa um pólo oposicionista capaz de pôr abaixo o reinado do PT e de seus comparsas (PCdo B). Esses traços vieram à tona na Convenção de formação da chapa, quando foi votada a não-proporcionalidade para a composição da mesma. Valendo para isso o peso dos acordos de cúpula entre os setores que compõem a Alternativa. Foram também evidenciados nas eleições das regionais, onde procuraram impor as "candidaturas prioritárias" em detrimento das demais. Nos materiais de campanha, traziam reivindicações não aprovadas no programa, como o problema da desfiliação da CUT e do apoio de parlamentares como Heloisa Helena (PSOL) e de sindicalistas do PSTU. Essa conduta demonstra que o PSTU é uma corrente que ora toma posições radicais contra o governo e a burocracia sindical, ora se alia com esse setor para inviabilizar a mobilização dos trabalhadores, como ocorreu na última assembléia de maio. Essa posição oscilante é negativa para o fortalecimento de uma oposição unificada contra o poder da burocracia petista. O fato do PT implantar medidas pró-imperialistas obrigou o PSTU a romper a tática de composição com o reformismo, mas se deslocou para posições ultra-esquerdistas, como a da cisão da CUT e a criação de uma nova Central, a Conlutas. A nova posição contra o governo Lula seguiu a pressão de uma importante base militante do centrismo. Foi um fator de importante polarização entre a Oposição Unificada, que compareceu com um programa antiimperialista e anticapitalista, contra a chapa oficialista do PT.

9. De todas as chapas, somente a 2 apresentou posições programáticas, resultantes da Convenção. O documento "Eixos Programáticos da chapa da Oposição Unificada" é composto dos seguintes pontos: a) resposta à intervenção do imperialismo; b) defesa da destruição do capitalismo pela via revolucionária; c) oposição ao governo Lula e Alckmin; d) defesa da independência e democracia sindical; e) defesa da estatização de todo o siste-

ma de ensino; f) derrocada das reformas educacionais privatistas do governo; g) defesa das condições de trabalho e ensino; h) contra toda forma de opressão social. Esses pontos, que compõem detalhados no documento, vêm ligados ao método da ação direta, próprios do proletariado. De conjunto, trata-se de um programa classista, cuja elaboração o POR tem grandes responsabilidades. Certamente, há aspectos críticos e discordantes no interior da Oposição Unificada, que refletiram no programa, mas sem descaracterizá-lo nos seus fundamentos revolucionários. Tanto na Convenção quanto, posteriormente, na campanha eleitoral verificamos que a Alternativa não deu a importância devida ao programa. As visões de diluição do programa no estreito sindicalismo economicista, no entanto, não conseguiram evitar que a Convenção assumisse claras posições de combate ao imperialismo, ao capitalismo e às suas conseqüências nefastas aos trabalhadores. É importante, no balanço, reconhecer o lugar da luta programática. Um balanço sem a avaliação das diferenças de idéias políticas e do método perde sua substância. Frisamos a polarização entre a chapa oficial do PT e a Oposição Unificada. Essa polarização se deu no campo programático. Milhares de panfletos da chapa 1 foram lançados para combater o programa da chapa 2. Os aspectos mais atacados foram os das bandeiras antiimperialistas e de combate ao capitalismo. Citemos um dos pontos combatidos pela chapa 1: "Tornar a Apeoesp um sindicato que sirva de instrumento de luta de classe contra a burguesia e seu Estado". Essa formulação expressa o conteúdo de um programa proletário para o sindicato da pequena burguesia assalariada. A burocracia procurou explorar a despolitização dessa camada e insuflar nela o receio à revolução propagado pela burguesia. Contrapôs ao conteúdo antiimperialista e anticapitalista do programa, bem como as tarefas de combate às medidas do Estado, um conteúdo de medidas funcionais, que sequer têm características de reivindicações econômicas de defesa do trabalho e da escola. Coloca o sindicato como um pedinte perante o governo, a exemplo de "ticket alimentação e falta justificada não é motivo para perda de bônus". A burocracia acreditou poder reverter o ódio crescente dos professores à sua política de velhacos, ressuscitando o temor da classe média à luta de classe e oferecendo em contrapartida quinquilharias. O importante desse fato está em que a chapa 2 enfrentou a chapa 1 com um programa, que obrigou os burocratas petistas a se levantarem contra ele. Resta ainda observar que as demais chapas ditas oposicionistas não tiveram como contestar o programa da chapa 2. Pior ainda, sequer apresentaram um programa coerente, que fosse distinto do da chapa 2. Ao não apresentarem esse programa, atuaram de forma omissa na luta programática e assim se comportaram como aventureiros.

10. A divisão da esquerda contrária ao PT não se deu pelo programa. O PCO fez a campanha denunciando mais o PSTU e as correntes que apoiaram a chapa do que a burocracia da chapa 1. Limitou-se a defender no Suplemento das Eleições somente as reivindicações econômicas, método usado por todo burocrata. A chapa 4, que fez uma menção ao colaboracionismo da Oposição Alternativa, apresentou uma lista de reivindicações que não difere das da chapa 2. A Oposição Revolucionária (chapa 6), denunciou a capitulação da burocracia petista, omitiu a sua convergência com o PSTU, no ponto de ruptura com a CUT, fez uma lista de reivindicações economicistas e concentrou na expli-

cação do que significa a democracia operária. Portanto, nada que se opõe ao programa da chapa 2. A Oposição Unificada, que aprovou seu programa na Convenção e que contém bandeiras antiimperialistas, de defesa da vida das massas trabalhadoras, contrárias às medidas neoliberais de Lula e de luta pela estatização de todo o sistema de ensino, divulgados por meio do Jornal da chapa 2, também apresentou, nesse Suplemento, somente as reivindicações de emprego, salário, vida funcional e direitos trabalhistas, numa clara adaptação ao conservadorismo da classe. Não havia nos documentos divulgados pelas chapas que dividiram a Oposição Unificada nenhuma razão programática que justificasse a fragmentação da esquerda. A recusa do combate no interior da Oposição Unificada, fortalecendo as posições revolucionárias, é o maior prejuízo para a vanguarda combativa da Apeoesp. Derrotar a burocracia Articulação/PCdoB deveria ser o ponto central das eleições. Qualquer desvio nessa rota só contribuiria para a manutenção da burocracia petista. A aventura das chapas oposicionistas, a exceção da esquerda petista capituladora, resultou numa divisão, sem justificativa programática e de tática para a situação, que serviu à burocracia oficialista. Ao renunciarem a luta pela unificação da oposição sobre bases programáticas e da liberdade de crítica, mostraram a sua incapacidade de combater a burocracia realizando uma frente necessária colocada pelas novas condições políticas.

11. O POR fez a campanha de apoio crítico a chapa 2. Rejeitou participar na chapa devido a Alternativa ter impossibilitado que a Convenção elegeisse proporcionalmente seus membros. A incoerência no método foi flagrante. Discutiu-se e aprovou-se o programa, no entanto a chapa foi constituída numa plenária paralela da Oposição Alternativa. Fez-se um acordo entre as correntes que compõem esse agrupamento e nele se pretendeu determinar arbitrariamente o lugar da FOS e do POR. Dessa forma, fraturou-se a democracia da Convenção e rompeu-se a unidade frentista. O fato da FOS submeter à imposição da Alternativa permitiu que tal arbitrariedade se sobrepusesse à democracia. A manobra aparelhista da Oposição Alternativa/PSTU expressou o desprezo pelo que houve de mais significativo na discussão da chapa frentista, que foi a elaboração do programa. Como demonstramos acima, a burocracia foi obrigada a combater a chapa 2 atacando o programa, que de fato distinguiu a chapa 2 de todos os concorrentes. Ao se desvincular o programa da constituição da chapa, a Oposição Alternativa refletiu traços burocráticos. Participar da chapa nessas condições, como fez a FOS, significou renunciar o combate ao burocratismo proveniente da Alternativa e desprezar o programa. O POR que apresentou a proposta de programa e lutou na Convenção, ao ponto de terem sido votadas as divergências, denunciou a manobra autoritária da corrente majoritária à composição de chapa. Assim, não aceitou ocupar o lugar determinado pela plenária da Alternativa e ajustado pela sua cúpula. Uma vez que o programa foi divulgado, o POR não rompeu a frente. Fez a campanha pela chapa 2 com o voto crítico programático. Nas eleições das regionais, mantivemos a unidade frentista e atuamos disciplinadamente com o método de defesa da democracia e do programa. Entendemos que nos lugares em que o POR está implantado pelo trabalho de base, por meio da Corrente Proletária da Educação, a Oposição Unificada saiu fortalecida. Um exemplo foi a vitória da chapa 2 na região oeste-Lapa com 58% dos votos, onde a

Oposição Unificada teve a maior votação da capital. Sem dúvida, isso não se deveu apenas a Corrente Proletária, mas ao fato desta participar ativamente na frente oposicionista, juntamente com a FOS e PSTU.

12. Algumas tarefas estão colocadas desde já. A Oposição Unificada tem uma séria responsabilidade frente aos trabalhadores da educação. O alto percentual de votação e a vitória na capital e na Grande São Paulo deve ser tomado como aspiração oposicionista das bases para varrer a burocracia vendida e corrupta. É preciso não só preservar esse ganho como ampliá-lo. De um lado, a burocracia direitista do PT/PCdoB sentiu o repúdio de metade dos votantes, somados os votos oposicionistas. De outro, as demais chapas de oposição ressentiram o desconhecimento dos setores mais avançados dos trabalhadores frente à divisão sem justificativa. A Oposição Unificada aumentou sua representação na composição da diretoria e passou a contar com a presença da FOS. Esses acontecimentos dimensionam o lugar que a Oposição Unificada passou a ter no seio do movimento dos educadores. Não queremos desconhecer que a Oposição Alternativa já tinha um capital político conquistado. Pelo contrário, o POR demonstrou durante todos esses anos como a adaptação da Alternativa ao aparelho da Apeoesp e às pressões da direção majoritária do PT, puseram em risco esse capital. O que explica o crescimento atual não é a política travada pela Alternativa/PSTU nesses três anos de seu mandato, mas sim o fato de sua adaptação não ter ficado evidente para os professores e pelo fato de ter crescido o ódio das bases à burocracia direitista. É importante ter claro isso para que a Oposição Unificada não repro-

duza a política anterior. Tudo dependerá de como a Alternativa se comporte diante do novo processo oposicionista aberto com a frente constituída pela chapa 2. Há duas possibilidades: que a Alternativa/PSTU desconheça a conquista frentista; ou que a considere um importante instrumento de combate pela derrocada definitiva da burocracia oficialista. O POR luta para que tenha vigência a segunda possibilidade. É preciso que se convoque imediatamente uma plenária de avaliação crítica e auto-crítica e se tomem medidas políticas e organizativas do trabalho oposicionista. Consideramos necessário preservar a frente constituindo uma direção, envolvendo todas as correntes, baseada no balanço crítico e nas tarefas determinadas pela plenária. O cumprimento do programa é o ponto essencial da preservação da frente e controle dos representantes da chapa 2 na diretoria da Apeoesp. Essa direção deve estar assentada em plenárias convocadas regularmente para avaliar a atuação frentista na diretoria, nas regionais e no movimento. Se não se superar a visão eleitoral-aparelhista de se fazer a frente apenas no momento de campanha, não será possível resolver a fragmentação do campo oposicionista e golpear definitivamente o poder da burocracia. O POR/Corrente Proletária luta por constituir uma direção revolucionária para o sindicato. Trabalha por libertar o sindicato da burocracia e colocá-lo como "instrumento de luta de classe contra a burguesia e seu Estado". Fortalecer uma fração revolucionária e afastar as tendências oportunistas e carreiristas que se encontram nas fileiras oposicionistas é uma tarefa de primeira linha.

Fortaleza:

Chega de divisão! Unidade nas lutas já!

**Por uma Campanha salarial unificada
Apeoc - Sindiute!
Assembléia unificada e calendário de lutas
unificado!**

Os trabalhadores em educação estão em campanha salarial. No estado, o governo Lúcio ofereceu 5,5% de reajuste, que serão ainda mais achatados com o desconto de 3,5% que pretende implantar (desconto de saúde). Ou seja, o que sobra para os servidores (1,5%) vai bem perto da meta dos governos de darem reajuste zero pra o funcionalismo. A categoria já respondeu com o estado de greve e a paralização do dia 15. Entretanto é preciso avançar rumo a greve geral no magistério pelo atendimento das reivindicações.

No município, a Prefeita Luizianne/PT, além de não aumentar um único centavo sequer os 10% deixados por Juraci e manter no cargo todos os diretores de escolas apadrinhados dos vereadores da base do ex-prefeito corrupto, agora diz que não cumprirá sua promessa de incorporação imediata dos aditivos. Exige que estes tenham tempo mínimo de 3 anos. Mesmo no final de semestre os professores tem dado disposição de luta.

Apesar da disposição de luta da categoria, mesmo em final de semestre, o maior obstáculo à vitória está do divisionismo imposto pelas direções. O sindicato Apeoc (PT, PC do B e Independentes) convoca sua própria assembléia e suas manifesta-

ções. O Sindiute (PT/ corrente O trabalho) por sua vez não fica atrás e aplica o mesmo remédio. Enquanto a Apeoc chama os professores da rede estadual a fazer uma manifestação no centro da cidade o Sindiute chama os mesmos professores do estado a estarem na Assembléia Legislativa!! Enquanto a Apeoc chama uma paralisação no estado no dia 15/06, o Sindiute chama os professores do município a uma paralização no dia 16/06!

Ambos se recusam a chamar a unidade, ambos se recusam a construir assembléias unificadas, ambos se recusam a qualquer tipo de calendário de lutas unificado, preferem a derrota da categoria a ter que unificar a campanha salarial. Esse é o caminho da derrota.

O que devemos fazer?

A Corrente Proletária na Educação, ligada ao POR (Partido Operário Revolucionário) convoca os professores de base a combaterem a divisão no seio do movimento e exigir dos dois sindicatos a unidade já, para derrotar os governos. Não uma unidade de cúpula, onde as direções decidem tudo e as assembléias (quando existem) são de fachada onde a base é chamada apenas para referendar as propostas das direções como ocorria com o fajuto Fórum das entidades estaduais.

***Assembléias unificadas com comando de mobilização eleito na base.**

A luta estudantil pelo Passe Livre em Fortaleza

Publicamos abaixo a apresentação do texto de balanço político da recente mobilização dos estudantes de Fortaleza, elaborada pela Corrente Proletária, como parte da construção do programa a partir da intervenção na luta de classes.

Em 2004, os estudantes de Fortaleza voltaram às ruas restaurando o elo rompido desde as manifestações de 2003. Durante mais de 4 meses, travaram uma batalha aberta contra a burguesia ligada aos transportes na capital. Nos meses de maio e junho, ápice do movimento, milhares de manifestantes liderados pelo FUME bloquearam avenidas, ameaçavam ocupar prédios públicos e se enfrentaram ora com a PM ora com a guarda municipal e foram, nesses meses sem vida, de paralisa das lutas, literalmente o centro das atenções na cidade. Os jornais não paravam de noticiar as manifestações cada vez mais ousadas. Cada passo dado pelo Fórum era acompanhado e vigiado de perto por seus inimigos. A polícia, a Igreja, a Justiça, a Imprensa, a burguesia e seus lacaios na Ettusa e Prefeitura não podiam estar tranquilos. Temiam a enorme disposição de luta dos estudantes e os métodos radicalizados usados por estes para enfrentá-los.

O já histórico 03 de junho, que marcou o auge dessas jornadas, que terminou com saldo de 41 estudantes presos e outros tantos espancados, mas também com duas viaturas queimadas, o Paço Municipal depredado e não poucos feridos do lado da guarda municipal, ficará guardado na memória dos estudantes. As jornadas de 2004 serão lembradas como um marco na retomada do ímpeto de luta do movimento estudantil que veio para reclamar o seu lugar na vanguarda da luta dos explorados de Fortaleza.

O FUME permitiu que se unificassem em uma só luta escolas públicas, privadas e universidades. Tinha por meta a derrubada da portaria '13-C' baixada pela ETTUSA em princípios do ano. A

juventude que saiu às ruas naqueles meses não combatia apenas pela anulação da portaria, mas lutava também pelo direito ao passe livre, isto é, pelo direito à educação e acesso à escola. Assim inscreveu em suas bandeiras esta reivindicação democrática que até a bem pouco tempo era completamente desconhecida, mas que popularizou-se rapidamente, espalhando-se por escolas, universidades e bairros da periferia. Ela tinha além do mais o significado de uma verdadeira declaração de guerra ao Sindiônibus, Prefeitura e a seus serviços, a tecnocracia da ETTUSA.

A edição desse folheto representa um esforço da **Corrente Proletária Estudantil/POR**, que participou ativamente dessas jornadas de luta, em sintetizar um balanço rigoroso do movimento com seus erros e acertos, avanços e recuos que culminaram finalmente na dissolução, em agosto deste mesmo ano, do Fórum Unificado do Movimento Estudantil, que era o centro organizador e coluna vertebral do movimento.

Inúmeros fatores contribuíram para a derrota momentânea das lutas, o mais poderoso foi, sem dúvida, a crise de direção política. Analisar a luta de classes à luz do marxismo-leninismo-trotskismo constitui, por isso, o primeiro passo para se compreender as causas da derrota e trabalhar pela sua superação, o que corresponde: 1) estruturar uma fração revolucionária no seio da juventude, 2) lutar pela organização do movimento em grêmios fortes e numa entidade estadual que organize e centralize as lutas estudantis e 3) a construção do Partido Revolucionário para organizar a vanguarda mais consciente na luta contra o sistema capitalista e construir o regime socialista através da revolução proletária (ditadura do proletariado).

Transporte

Violenta repressão a estudantes em Florianópolis mostra a ditadura da burguesia

No dia 27 de maio foi anunciado um novo aumento, de 8,8%, na tarifa do transporte coletivo de Florianópolis, que com isso chega a R\$ 2,50. A empresa vincula o aumento à reposição salarial dos trabalhadores, a mesma ladainha que repetem em outras cidades. Com isso, a burguesia tenta jogar a população contra os trabalhadores, já que, recentemente, eles fizeram manifestações reivindicando a reposição salarial, direito constitucional que não deve ser vinculado ao aumento da tarifa. É preciso evitar esta armadilha e unir usuários de transporte e trabalhadores, que são oprimidos pelos patrões e Estado burguês. O argumento de reajuste salarial vinculado a aumento de tarifa mostra-se uma mentira descarada quando vemos que, em 8 anos, o ônibus em Florianópolis aumentou 230%, enquanto o reajuste salarial foi muito inferior.

A juventude de Florianópolis saiu às ruas para mostrar que não engole este discurso da empresa, que choraminga dizendo que se não aumentar a tarifa terá prejuízo. Sabemos que estas empresas lucram, e muito. O movimento responde a isso defendendo o direito da população a transporte público, e coloca que se a empresa não consegue administrar este sistema, ele deve ser estatizado e colocado sob o controle dos trabalhadores.

No dia 31, cerca de 2 mil manifestantes lotaram as ruas de Flo-

rianópolis, tentaram bloquear a ponte que liga a ilha ao continente, e grandes avenidas. Todas suas ações encontraram violenta repressão policial, com agressões físicas, gás lacrimogêneo, spray pimenta e balas de borracha. Após a dispersão do ato, quatro militantes do Movimento pelo Passe-Livre foram detidos. Eles foram liberados após pagar uma fiança de R\$ 4.500 e respondem acusações de **incitação ao crime, obstrução de patrimônio público e formação de quadrilha**. Um deles está sendo ameaçado de morte. O movimento Passe Livre de Florianópolis foi apontado como uma das maiores preocupações da prefeitura, por sua capacidade de organização e conquistas, e está sendo vigiado, provavelmente com gente infiltrada.

A face da ditadura da burguesia se evidencia quando para proteger o lucro de uma minoria de capitalistas parasitas, o Estado afronta as condições de sobrevivência da maioria oprimida, reprime quem se revolta, forja processos judiciais, vigia manifestantes como se fossem criminosos e chega até a ameaças de morte.

A melhor forma de mostrar nossa solidariedade a este movimento, é criar comitês pelo passe livre, redução da tarifa e estatização do transporte (sob controle dos trabalhadores) em cada cidade, unindo-se ao movimento nacional que está se fortalecendo a cada dia, e deverá se reunir em julho, em Campinas.

Encontro da Corrente Proletária Estudantil O Congresso mais burocratizado da UNE: A tarefa é a defesa da real independência da UNE diante do governo e da burguesia e da democracia estudantil

1. A UNE realiza seu 49º Congresso nacional em meio a maior crise política do governo do PT/Lula e à aplicação da sua reforma universitária privatista e destruidora do ensino público. A direção majoritária da UNE é da UJS (PCdoB), aliada à Articulação (PT). No Congresso de 2003, pouco após a posse de Lula, fez aprovar o apoio ao governo e a suas reformas, expressando a política da direção estalinista. Para conseguir governar, o PT/Lula foram assumindo todo tipo de prática própria da politicagem e fisiologismo burgueses. A imposição das reformas neoliberais foi feita a partir de concessões cada vez maiores aos partidos e frações burgueses da chamada “base aliada”. O reformismo se juntou aos bandos mais reacionários da burguesia, como os setores de Quéricia, Requião e Sarney do PMDB, o corrupto PTB, o PP malufista e PL evangélico, e os incorporou ao governo. Assumiu o fisiologismo como método de negociação para as votações, negociando verbas, ministérios e cargos por votos. Atolou-se na corrupção burguesa, como têm mostrado os escândalos desde Waldomiro até os Correios e o mensalão. Com tudo isso, não conseguiu a hegemonia pretendida, ao contrário, torna-se cada vez mais dependente dos bandos burgueses que o cercam. A UNE foi integrada por sua direção à base de sustentação desse governo. Assim, ela está metida nessa crise.

Não é de hoje que a direção da UNE apóia o governo. Há mais de uma década essa corrente dirige a organização dos estudantes. Em 1993, fez aprovar no Congresso da UNE o apoio ao então presidente Itamar Franco, aplicador da linha neoliberal privatista e destruidora de direitos, dentre eles a educação. Durante as reformas dos governos de FHC, limitou o movimento estudantil a protestos minoritários, enquanto apoiava os mecanismos de financiamento privado do ensino superior e combatia os movimentos grevistas nas universidades federais. O papel que a direção estalinista dá hoje à UNE é a conclusão de uma trajetória política de conciliação de classe com a burguesia e seus governos, de oposição burguesa e propositiva assentada na pressão parlamentar, de submissão ao controle cada vez maior do capital sobre o ensino superior e de bloqueio às tendências de luta dos estudantes. Essa direção transformou a UNE numa entidade governista e com uma política oposta aos interesses dos estudantes. Ao ponto de chegarmos a um Congresso que, controlado pela atual direção, pode levar a UNE a ratificar a prática apodrecida assimilada pelo governo do PT/Lula dando-lhe o apoio da organização nacional dos estudantes.

2. O controle político do PCdoB sobre a UNE tem dois fundamentos: a tremenda burocratização e a influência política sobre as bases estudantis das faculdades privadas, obtidas por meio do assistencialismo. O 49º Congresso acontecerá expressando essas tendências: um delegado para cada 2 mil estudantes exclui a maioria da participação, e a esmagadora maioria dos poucos presentes será das menores faculdades privadas. Será o Congresso mais burocratizado e controlado pela burocracia estalinista.

A política governista da atual direção majoritária e a exclusão da maior parte da oposição (assentada principalmente nas universidades públicas) dos congressos e das decisões é o que

empurra alguns setores para a ruptura com a UNE. Diante da burocratização da UNE e de seu governismo, foi lançada a bandeira de constituição da Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes). A situação de ofensiva da burguesia por meio de seu governo exige a unidade dos oprimidos na luta. A necessidade de combate às reformas neoliberais do governo do PT/Lula passa também pela luta contra as direções burocráticas que lhe dão sustentação política junto aos movimentos sociais, freando-os. Por isso é que está colocada, no movimento estudantil, a necessidade de constituição de uma frente única de luta contra o governo, suas reformas e de oposição revolucionária à direção burocrática da UNE. A Conlute pode cumprir esse papel. Mas as correntes que estão à frente de sua organização, principalmente o PSTU, impuseram outro rumo: o de instrumento para a ruptura com a UNE e constituição de outra entidade. As conseqüências são evidentes: fortalecimento da atual burocracia no interior da UNE e do seu papel de direção da maioria do movimento estudantil; divisão do movimento estudantil em duas entidades; constituição de outra entidade sem que expresse um movimento de base estudantil (sequer de uma parcela significativa), e portanto superestrutural, com as conseqüências que daí decorrem, dentre elas a pressão burocrática da disputa aparelhista entre correntes minoritárias. Está colocada a defesa da Conlute como frente única de luta e de combate à direção burocrática da UNE, e a negação de seu uso como meio de ruptura com a UNE.

3. O Congresso da UNE terá de responder à situação política colocada. Na questão da educação, há a Reforma Universitária privatista e destruidora do ensino público do governo do PT/Lula em curso, como parte da reforma educativa e das reformas neoliberais mais gerais. O ponto de partida da reforma do governo é o fortalecimento do ensino privado, primeiro com o ProUni (compra de vagas através de isenção fiscal), mas também com o novo provão (Enade/Sinaes), sob a roupagem da democratização das decisões e acesso (conselhos com representantes da chamada sociedade civil, eleições diretas para reitor, cotas para escolas públicas e afrodescendentes), que não contradizem em nada as medidas francamente privatistas. A burguesia tem pressionado o governo (com resultados) para modificar o projeto e deixá-lo mais claramente privatista. A direção da UNE, que inicialmente dividia o projeto em aspectos positivos e negativos, foi disciplinada por essa pressão da direita, e pela possibilidade de ser co-autora, a apoiar o projeto no seu conjunto. E assim a colocar a UNE como meio de viabilização da aplicação da reforma universitária que contraria os interesses e necessidades mais imediatas dos estudantes. O governo vinha aplicando a Reforma Universitária por partes, por meio de medidas provisórias e decretos. Passou a agir com uma proposta de Reforma mais geral, sintetizada num anteprojeto a ser votado no parlamento. As pressões da direita burguesa o fizeram mudar o projeto, acabando com a farsa do controle social sobre as faculdades privadas, restringindo as eleições para reitor às universidades federais e anulando as cotas. A crise da Reforma Universitária acompanha a crise do governo. Enquanto isso, a direção da UNE chama os estudantes a

apoiarem o governo e a Reforma, cada vez mais abertamente privatista, desarmando o movimento e abrindo ainda maior margem de manobra para a direita burguesa.

A primeira tarefa do Congresso da UNE, em oposição ao que pretende a sua direção burocrática, é a de se colocar pelo combate à reforma universitária privatista e destruidora do ensino público do governo do PT/Lula, empunhando a defesa da verdadeira democratização do ensino superior. A condição mais elementar para que o direito à educação seja democrático é que todos tenham acesso a ele. Daí a necessidade de luta pelo **livre acesso e vagas para todos**, o que implica o **fim dos vestibulares, estatização sem indenização da rede privada de ensino** e sua colocação sob controle de que trabalha e estuda, e **real autonomia universitária** (financiamento pleno e exclusivo pelo Estado e direção autônoma pelos que estudam e trabalham, através das assembléias gerais universitárias e do governo tripartite submetido a elas). Ao lado dessas bandeiras estratégicas, colocam-se outras que estão vinculadas ao direito à educação, tais como a redução da jornada de trabalho (4 horas no emprego e o restante voltado ao estudo e lazer), emprego para todos, passe-livre aos estudantes e desempregados, assistência estudantil plena e financiada exclusivamente pelo Estado para todos os que dela necessitam etc. Essa luta se traduz numa campanha pela mobilização de todas as universidades e faculdades, unindo estudantes da rede pública e privada, partindo das reivindicações mais sentidas em cada uma delas (como por exemplo anistiando todas as dívidas de estudantes e garantindo o direito à educação a eles) para arrancar as faculdades particulares das mãos dos capitalistas e colocá-las nas mãos de quem estuda e trabalha; para derrubar a burocracia universitária parasita que comanda arbitrariamente e autoritariamente as universidades públicas, agindo como instrumento para impor a vontade da burguesia e seus governos a estudantes, professores e funcionários; unindo o movimento estudantil aos demais movimentos sociais, em particular o da classe operária. Somente assim os oprimidos podem ganhar a força necessária para enfrentar e derrotar a burguesia e seus governos na aplicação de seus planos antinacionais e antipopulares.

4. O Congresso da UNE tem a tarefa de se colocar como de oposição revolucionária ao governo burguês e traidor das aspirações das massas (PT/Lula). Essa é a única forma verdadeira de se defender a real independência do movimento estudantil e sua entidade em relação ao governo. A UNE está hoje integrada à base de sustentação do governo e suas reformas, que atingem os estudantes e demais oprimidos. Para realizar seu governo de unidade com as frações da burguesia e fazer aprovar as reformas compromissadas com o capital financeiro internacional e grande capital nacional, o governo vai incorporando todos os métodos e práticas próprios do fisiologismo burguês, se afundando na corrupção e submetendo-se cada vez mais à influência das quadrilhas da burguesia e seus partidos no interior do governo. O reformismo do PT o levou a um governo pró-imperialista. O combate ao governo e suas reformas é a primeira tarefa das organizações dos oprimidos, a UNE entre eles. Cabe ao Congresso se posicionar pela organização de um amplo movimento de massa por todo o país, sobre a base de uma plataforma de reivindicações dos oprimidos e com o método da ação direta, para enfrentar a ofensiva capitalista de ampliação da superexploração do trabalho e de ataque a todos os direitos. Cabe ao movimento estudantil o apoio incondicional aos movimentos dos sem-terra

por suas reivindicações e pela destruição do latifúndio pela via das ocupações de terra, à resistência com autodefesa e à aliança operário-camponesa. Cabe aos estudantes se colocarem ao lado dos movimentos grevistas do funcionalismo e nas universidades por suas reivindicações. Cabe apoiar a luta da classe operária contra a destruição do emprego e salários diretos e indiretos, e para rechaçar o aumento da exploração do trabalho.

5. O Congresso tem de responder à ofensiva intervencionista econômica, política e militar do imperialismo em todo o mundo. A crise do capitalismo empurra as potências para a disputa de controle geopolítico, de mercados e de fontes de matérias-primas. O capital parasitário em crise não suporta qualquer porém dos governos dos países semicoloniais. O intervencionismo agrava brutalmente as já miseráveis condições de vida das massas nos países atrasados e leva ao levante, em geral controlado pelo nacionalismo burguês, dada a ausência da direção revolucionária mundial. O desespero imperialista concretizado no intervencionismo entra em crise pela resistência, ainda que instintiva, das massas. O movimento estudantil tem um papel a cumprir, defendendo a autodeterminação dos povos, o fim de todas as ocupações e intervenções militares, o combate aos acordos de imposição do pseudo livre-comércio (como a Alca), o não pagamento das dívidas externas (mecanismo de expropriação dos países atrasados em benefício do capital parasitário) e a ruptura com o imperialismo, colocando-se claramente ao lado dos países oprimidos contra os países opressores.

6. O movimento estudantil deve assumir o programa proletário de destruição do capitalismo e revolução socialista, única forma de resolver definitivamente os problemas da educação, pois é no socialismo que se realizará a unidade entre teoria e prática, separadas pelo sistema de opressão de classes, assim como os demais problemas oriundos do controle da atual classe dominante sobre a educação. As políticas de conciliação com a burguesia e seus instrumentos, como a burocracia universitária, só podem levar o movimento a derrotas. A renúncia à defesa do ensino público para todos e suas implicações (defesa da estatização, fim dos vestibulares etc.) leva à colaboração com a ampliação e fortalecimento do ensino privado, excludente por natureza. A política proletária procura dar expressão às necessidades mais sentidas pelos estudantes pelo método da mobilização e unidade na luta junto aos demais oprimidos. Para a sua realização, a política proletária tem de combater diariamente pela destruição da direção burocrática e conciliadora do movimento estudantil. Essa é uma tarefa que será cumprida pelo movimento estudantil, ao elevar sua mobilização e consciência coletivas, unindo-se ao movimento revolucionário de destruição do capitalismo. Quem destruirá a direção burocrática da UNE serão os estudantes, grande parte dos quais lhe dá hoje sustentação. A importância da luta política no Congresso da UNE está aí. A convocação dos estudantes para que compareçam ao congresso da UNE e participem da luta contra sua direção e sua política seguidas do governo está em contradição com a burocratização e exclusão dos estudantes das decisões acerca de sua própria entidade. Serve como um passo na constituição de uma fração revolucionária no interior do movimento estudantil, sem a qual não será possível construir uma nova direção, que seja expressão das necessidades e interesses dos estudantes como parte dos oprimidos e da luta pela revolução proletária.

Nesta edição:

- Bolívia: A política do POR-Bolívia no seio das massas insurretas

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

A política do POR-Bolívia no seio das massas insurretas

As grandes mobilizações de rua, os bloqueios das avenidas e estradas, as gigantescas assembleias populares e as ações radicais da maioria oprimida puseram para fora o governo Mesa entreguista e impediram que os corruptos parlamentares tomassem posse. Porém, a burguesia e a Igreja Católica manobram os dirigentes como Evo Morales com a promessa de que o governo nas mãos do poder Judiciário, Eduardo Rodrigues, poderia cumprir a promessa de convocação de eleições gerais e de uma Assembleia Constituinte. Em troca, Evo deveria suspender os bloqueios e convencer os demais dirigentes de que era preciso dar uma trégua ao novo governo. Nem bem subiu ao poder do Estado, iniciaram as polêmicas eleitorais em torno do caráter das eleições e do referendo sobre as autonomias de províncias, a exemplo da de Santa Cruz.

O POR boliviano atuou rechaçando a política dos acordos e das saídas nos marcos da democracia burguesa propostas por dirigentes sindicais e trabalhou pela revolução proletária. No *Jornal Massas* de 30 de maio, diz assim:

“As massas, nas ruas de La Paz, reivindicam a nacionalização dos hidrocarboretos e repudiam o Parlamento e os governos burgueses. A consigna do MAS (Evo Morales) de 50% de imposto foi varrida do cenário (...)”

“A experiência histórica tem ensinado aos explorados que o país não poderá sair do atraso se se continua submetido aos interesses do imperialismo. Em toda sua simplicidade, compreendem que o gás nas mãos das multinacionais significa o saque deste recurso natural estratégico, que irá por um tubo sem deixar nenhum benefício para os explorados do país.

A larga, heróica e rica tradição de luta revolucionária anti-imperialista do proletariado boliviano atua como força impulsionadora dos protestos populares.

No pólo oposto, a burguesia nacional, entregue de corpo e alma às multinacionais, entrincheirada nos comitês cívicos de Santa Cruz e Tarija, propõe as autonomias municipais com o propósito de que sejam os governos autônomos municipais aqueles que podem decidir sobre os rumos dos recursos naturais que encontram em seu território. Esse é o objetivo que está por detrás da reivindicação autonomista desses comitês cívicos (...)

É, assim, a luta de classes, que os reformistas procuram conter nos marcos da ordem burguesa estabelecida, respeitando as

formas de governos burgueses: Parlamento e Assembleia Constituinte.(...)

A consigna de nacionalização, para as massas, tem o sentido de recuperação dos hidrocarboretos das mãos das empresas multinacionais, mas é insuficiente. A nacionalização pelo Estado burguês significaria pagar indenização e convertê-la em empresa estatal, novamente em presa de guerra dos grupos organizados de politiquês burgueses ladrões. Sem dúvida, não é isso que nós explorados queremos.

A Constituinte não poderá refundar o país e transformar sua estrutura, como dizem os reformistas. Uma nova Constituinte não pode modificar as relações de produção existentes. Ainda que se declare e reconheça todos os direitos imagináveis às nações indígenas, estas não deixariam de ser nações oprimidas na sua condição de massa camponesa estancada no atraso e ancorada na pequena propriedade rural.

Se queremos ser donos efetivos de nossos recursos naturais, se queremos transformar esta sociedade, acabar com a opressão das nações indígenas, desenvolver harmonicamente todas as regiões do país, temos de destruir a propriedade privada burguesa nacional e imperialista e instaurar a propriedade social dos meios de produção. Temos de materializar a revolução social do conjunto dos explorados sob a direção política da classe operária, que é a única classe não proprietária. Só então terá sentido uma Constituinte que estabeleça as normas legais da nova sociedade” (*Massas* n° 1950).

Qual é o conteúdo da consigna: Nacionalizar o petróleo?

No *Jornal Massas*, n° 1951, O POR-Bolívia traz um artigo que mostra a essência da consigna de nacionalização para o proletariado e para a maioria oprimida. Diz:

“Cada classe social, muitas delas em luta, dão um conteúdo particular.

A história nos ensina que, para a burguesia e seu governo, essa nacionalização quer dizer que o Estado compra dos capitalistas suas empresas ou as concessões que foram feitas pelo governo (exemplo: as nacionalizações das concessões da Standard OIL depois da guerra do Chaco pelos governos castrenses e a nacionali-

zação das três grandes empresas mineiras por Paz Estenssoro). Isso sem mudar o regime estatal cimentado na grande propriedade privada burguesa, cuja permanência está garantida pela Constituição política do Estado (a lei das leis), o ordenamento jurídico e os meios de repressão policial e militar.

Concepção Popular

A maioria do país (proletariado, artesãos, comerciantes, camponeses, setores empobrecidos da classe média, isto é maioria oprimida) ganhou as ruas e as estradas e bloquearam levantando a consigna de "nacionalização do petróleo".

Os setores majoritários, incluindo os camponeses, entendem que a nacionalização do petróleo será a entrega dessa riqueza natural a eles, sem necessidade de recompensa monetária. Depois das jornadas de Outubro, esta crença vem apoderando-se da maioria da população boliviana.

Uma das maiores deformações dessa crença popular tem se dado no Parlamento, desde o momento da apresentação e discussão do projeto sobre matéria petrolífera. O referido documento foi apresentado tendo como ponto central a quantidade de impostos que as multinacionais petrolíferas deveriam pagar ao governo boliviano pela exploração das riquezas petrolíferas. Em síntese: começou reconhecendo, como favoráveis aos interesses do país e do governo, o direito do Estado de entregar às multinacionais os poços petrolíferos em troca de impostos favoráveis.

Nenhuma palavra sobre se o petróleo era ou não propriedade das maiorias nacionais e se correspondia a elas decidir sobre seu destino.

Imediatamente depois de Outubro, as direções das organizações populares e camponesas, incluindo o burocrata e corrupto Evo Morales, apressaram em apresentar a Mesa (...) Os dirigentes não disseram que Mesa foi modelado e nunca deixou de ser manejado pela embaixada norte-americana. Era um inimigo das maiorias e do país, o que agora aparece como evidente.

As maiorias reivindicam que as riquezas nacionais são a propriedade social de todo o povo, negação da propriedade burguesa das multinacionais sobre o petróleo.

Os fatos se encarregam de demonstrar que a efetivação dessa consigna só pode se dar por meio da revolução proletária, que sepultará a grande propriedade privada burguesa para transformá-la em social.

O que significa que o proletariado conduza as massas para a revolução proletária, que imporá a propriedade social do petróleo e de todos os meios de produção".

A maturidade da classe operária boliviana

O POR-Bolívia em um de seus artigos do Jornal Massas (nº 1950) mostra o papel do proletariado e suas bandeiras na recente rebelião das massas exploradas. Diz:

"A classe operária boliviana se caracteriza, se comparada por exemplo com a dos países latino-americanos, por sua grande maturidade política. As massas oprimidas que se mobilizam nas ruas e nas estradas levantam consignas das "Teses de Pulacayo", programa e alavanca da Revolução e Ditadura Proletárias.

A reivindicação de nacionalização do gás é entendida pelo

povo como sua entrega a ele, sem indenização alguma às multinacionais. Não para retalhar sua propriedade entre todos os habitantes, mas para que permaneça como propriedade social de todos e de ninguém em particular.

Esta colocação elementar, inspirada na política revolucionária do proletariado, tem todavia de se dar por meio da transformação do capitalismo em comunismo. Corresponde ao Partido Operário Revolucionário impulsionar esse processo (...)

A consciência da classe operária se sintetiza na política que se desenvolve o marxismo-leninismo-trotskismo, isto é, o POR."

Bandeiras do POR em El Alto

As consignas levantadas pelo POR dizem:

"Operários e Camponeses no poder"

"Assembleia Popular, já!"

"Armar-nos para não ser massacrados"

"Revolução social para impor nosso próprio governo"

"A luta dos explorados coloca a necessidade de materializar a revolução proletária".

Insurreição! POR Oruro

"As massas e o POR querem a revolução social!

Os traidores (Solares, Evo etc) querem salvar a burguesia.

Viva a revolução e ditadura proletárias (governo de operários e camponeses e maiorias empobrecidas).

Abaixo as manobras burguesas de Assembleia Constituinte, golpe militar-patriótico, antecipação das eleições, autonomias burguesas, eleição de prefeitos etc.

Insurreição popular para expropriar os hidrocarboretos, terras. Não a simples nacionalização burguesa. Derrotar a burguesia e expulsar o imperialismo (as multinacionais" (Jornal Massas de 10 de junho)

Nossa campanha em defesa da revolução boliviana

O POR-Brasil assimila a experiência da luta do proletariado boliviano e as lições do Partido Operário Revolucionário. Combate as correntes capituladoras do reformismo (Evo Morales e outros dirigentes) e as que caluniam o POR boliviano. E trabalha para pôr em pé o partido da revolução e ditadura proletárias.

Diante da agudização da luta de classe na Bolívia, o POR divulgou um Manifesto intitulado "Todo poder aos que produzem a riqueza do país e suportam a miséria". Espalhou cartazes com as bandeiras: "Viva a Revolução na Bolívia! Fora a intervenção do imperialismo! Nenhum apoio do governo PT/Lula à contra-revolução! Todo apoio dos operários, camponeses e juventude oprimida ao povo boliviano! Todo apoio à luta do Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) na conquista do poder!"

No domingo, dia 19 de junho, foi realizado um debate sobre a insurreição na Bolívia e a política do POR boliviano. O comparecimento da juventude dos bairros, de estudantes, professores e de outros setores de explorados mostra a importância dessa rica luta de nossos irmãos oprimidos.

No Jornal Massas brasileiro temos publicado sistematicamente a experiência do POR-Bolívia, um partido provado na luta de classes.